

# A ORDEM

REVISTA MENSAL

Fundada em 1921

---

DIRETOR

Alceu Amoroso Lima

REDATOR CHEFE

— Gustavo Corção

REDADORES SECRETÁRIOS

— Alfredo Lage e Fábio Alves Ribeiro

GERENTE

— Amedeo Ferrario

---

*Redação e Administração: Praça 15 de Novembro 101, 2.º —*

*Tel. 42-3055 — Caixa Postal N. 249*

Número avulso: Cr\$ 6,00

Assinatura anual: Cr\$ 60,00

---

VOL. XLI

Março de 1949

N.º 3

---

D. LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO, *A encíclica "Mediator Dei"* . . . . . 3

FR. JOÃO BATISTA PEREIRA DOS SANTOS, O. P., *Atitude do cristão em face do materialismo comunista* . . . . . 38

CARLOS PINTO ALVES, *O homem que virou gente* . . . . . 47

*Visão Cristã do Temporal* (tradução) . . . . . 50

MARÇO, 1949

— 1

---

“O Centro Dom Vital é a maior afirmação da inteligência cristã em terras do Brasil”.

Cardial Leme, Arcebispo

---

# **C E N T R O   D O M   V I T A L**

---

DO RIO DE JANEIRO

FUNDADOR: JACKSON DE FIGUEIREDO

## **DIRETORIA**

Presidente perpétuo	— Alceu Amoroso Lima
Vice-Presidente	— Gustavo Corção
Secretário	— Fábio Alves Ribeiro
Tesoureiro	— José Carlos de Mello e Souza

---

CENTRO DOM VITAL — Praça 15 de Novembro n.º 101, 2.º andar. — Caixa Postal 249 — Rio de Janeiro

---

## **A O R D E M**

REVISTA DE CULTURA

Fundador	— Jackson de Figueiredo
Diretor	— Alceu Amoroso Lima

---



## A Encíclica "Mediator Dei" (\*)

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO, O.S.B.

Quem quer que se proponha tratar diante de um auditório um assunto agitado e debatido dará prova de lealdade, indicando de início a sua posição. Seria o meu caso, neste momento. Não me julgo, entretanto, no dever de deter-me longamente em explicar-vos de onde venho. Saí de vossa casa e foi o movimento litúrgico que me levou daqui para o convívio daqueles que têm por tarefa precípua o canto ininterrupto do louvor divino. A minha profissão de fé não vos é desconhecida: creio no movimento litúrgico; não hesito em afirmar que se trata de algo suscitado e abençoado por Deus: vem sendo e será uma "frugifera contentio", como diz o Santo Padre.

Não penso como um meu grande amigo, que exprimia a sua confiança na liturgia, dizendo um pouco paradoxalmente que não gostava de *movimento* litúrgico. A expressão *movimento litúrgico* lhe parecia imprópria e falsa. Dizia êle: a liturgia é, e liturgia existe e não depende de nós. Compete-nos aceitá-la, reconhecê-la, pois a nossa recusa não a alteraria. A expressão *movimento litúrgico* sôa como, por exemplo, *movimento pelo sol*. Quem algum dia terá sonhado em suscitar um movimento pelo sol? O sol está aí, pouco importa a nossa atitude a seu respeito. A sua existência e fulguração não depende de nós.

A comparação é valiosa e será útil aproveitá-la. De um lado, mostra-nos realmente a posição da liturgia em relação a

---

(\*) Conferências realizadas no Centro D. Vital.

(\*) Para as citações da Encíclica, em português, usamos o texto publicado pela Tipografia Beneditina, Bahia, às vezes com pequenas alterações na tradução. Para o texto latino, que raramente é citado, servimos-nos de "Acta Apostolicae Sedis" n.º 14, 2 Decembris 1947.



nós: ela existe, dada por Deus, como único caminho da salvação. Recusá-la seria algo como um suicídio. De outro lado, porém, em vez, de manifestar a falta de sentido ou, mesmo, o contra-senso de um movimento litúrgico, ajudar-nos-á muito a evidenciar-lhe o sentido. Imaginemos uma dessas cidades frias dos países polares, de sol débil e escasso, e nessa cidade coloquemos um grupo dêsses boêmios, que trocam habitualmente a noite pelo dia. Quando comesçassem a aparecer os primeiros sinais de carência de sol, quando o raquitismo começasse a amolecer os ossos, quem não se lembraria de provocar no meio dêsse grupo um movimento pelo sol? O sol existe independentemente de nós, não lhe modificamos a rota por esquivar-nos dos seus raios; aproveitá-lo, porém, depende de nós. Eis o sentido do movimento litúrgico.

Eu me dispensaria dêste preâmbulo, uma vez que minha posição vos é conhecida, se não julgasse necessário dizer algo sôbre a nossa atitude ao ler esta Encíclica. Apesar da minha profissão de fé, esta conferência não será um canto de vitória, nem se guiará pelo esforço de retirar da Encíclica tudo que há de animador para o movimento litúrgico, escondendo cuidadosamente tudo que pudesse ser entendido como uma limitação. Ao ler esta Encíclica, a nossa atitude deve ser de reverência e humildade. O Santo Padre não se propõe decidir por uma das partes a longa peleja entre liturgistas e não liturgistas. É êle mesmo que nos adverte que não deseja ouvir gritos de triunfo !

Não pensem entretanto os inertes e desleixados que os aprovamos quando repreendemos os que erram e refreiamos os audazes, nem os imprudentes se tenham na conta de louvados por nós por corrigirmos os negligentes e preguiçosos. (E. pág. 16)

Todos nós podemos ter sido um pouco inertes ou imprudentes: inertes terão sido os que diziam concordar com o movimento litúrgico nos princípios, mas que na prática era preciso agir doutra maneira; imprudentes teremos sido muitas vêzes, quando o zêlo excessivo de vanguardeiros nos levava a pedir mais do que era necessário.



Com êsse espírito, com vontade humilde de aprender, abramos a nossa Encíclica.

Mediator Dei et hominum, pontifex magnus qui penetravit caelos, são as suas primeiras palavras. Com elas atingimos, como de um jacto, o seu âmago, a linha mestra que centraliza tôdas as considerações que vão seguir. Encíclica sôbre a Liturgia sôbre a Liturgia — poderíamos dizer: Encíclica sôbre a continuação do sacerdócio de Cristo na terra ou sôbre a mediação unidora de Deus e do homem.

Apoiados nessa linha orientadora podemos tentar penetrar a Encíclica e ensaiar uma análise do seu conteúdo. cremos que sem procura intencional de divisão tripartida, poderemos assinalar três pontos doutrinários fundamentais, que marcam as três culminâncias da nossa Encíclica e solicitam o estudo acurado do teólogo.

Primeiramente o *conceito de liturgia*. É o objeto da primeira parte da Encíclica e ela nos vai permitir justificar uma definição muito ampla e viva de liturgia. Entre nós, talvez seja o problema de maior interêsse concreto, pois em tôrno dêle se travou a mais agitada controvérsia.

O segundo ponto alto da Encíclica e certamente o seu ápice tanto do ponto de vista teológico como pastoral é o que se refere ao santo *Sacrifício da Missa* — *Centrum et Caput Christianae religionis* — e em particular a participação do leigo nesse augusto Sacrifício.

O terceiro ponto a ocupar a nossa atenção considera o *Louvor Divino* e igualmente a parte que o leigo desempenha nessa atividade litúrgica.

Estamos, pois, com material abundante a ser examinado. E para que alguma coisa possa ser dita no tempo disponível, entraremos sem mais preâmbulos no assunto, excusando-nos apenas do aspecto um pouco didático e escolar que tomaremos, às vêzes, forçados pela necessidade de condensar em poucas palavras questões difíceis e controversas.



## I — CONCEITO DE LITURGIA

Quem quer que já se deu ao trabalho de abrir sôbre sua mesa diversos compêndios de liturgia pode ter ficado um pouco confuso e embaraçado ante o confronto de definições mais ou menos disparatadas.

Para Navatel:

L. é a parte puramente sensível, cerimonial e decorativa do culto católico.

Para D. Gueranger:

L. é o conjunto de símbolos, cantos e atos por meio dos quais a Igreja exprime e manifesta a sua religião a Deus.

Para Callewaert:

L. é o culto público ordenado pela Igreja quanto ao seu exercício ou a ordenação eclesiástica do culto público.

Para D. Beaudouin:

L. é o culto da Igreja.

Para D. Festugiere:

L. é o culto externo da Igreja.

Para Caronti:

L. é a prática da religião em estado social.

Como se vê estamos diante de uma aparente confusão. Digo aparente, porque um exame minucioso nos mostrará que tôdas essas definições podem sem ecletismo ser defensáveis. O que tornou o assunto um pouco espinhoso e delicado foi um certo zêlo excessivo de liturgistas e não liturgistas em querer impor com absoluto exclusivismos uma definição como certa, negando veracidade às demais. Essa imposição está longe de ser necessária.

É evidente que o teólogo tem que se agarrar com unhas e dentes à definição correta de teologia. Aqui não há possibilidade de variação. Trata-se de uma ciência bem determinada, especificada por objeto formal inconfundível e por lumen formal próprio. A própria vida da teologia e o trabalho teológico dependem de uma conceituação exata. Além disso, teologia é uma palavra clássica à qual não se pode sem perigo de confusão, atribuir outro sentido.



O mesmo não ocorre com a palavra liturgia. Esta não possui um sentido tradicional e clássico preciso, embora a própria realidade litúrgica seja tão antiga como a Igreja, ou, se quiserem, anterior a ela. A palavra é usada na literatura antiga com diversos sentidos.

Assim ninguém pode negar a Callewaert o direito de definir liturgia como a ordenação eclesiástica do culto público. Sua intenção é determinar o âmbito de uma disciplina escolar, seu livro é um compêndio para estudantes. Não havendo um sentido clássico único, assiste-lhe o direito de defini-la como quiser. Se a sua definição corresponde a uma realidade a ele não extrapola, na exposição, o que circunscreveu na definição, não podemos acusá-lo de incorreção. Podemos, se quisermos, duvidar da vantagem pastoral de uma tal definição, de um tratado assim delimitado, não do direito de propô-lo.

Outro dirá que a liturgia é o culto externo da Igreja — alargando assim o âmbito do seu objeto. Não é mais a mesma a matéria tratada, não é mais apenas a ordenação eclesiástica do culto o assunto do compêndio, mas também a divina. Acresce ainda que, se levarmos em conta que o culto católico é, por ordenação divina, não só o exercício da virtude da religião, mas também intrinsecamente santificador, podemos reconhecer, incluídos nesta definição os dois movimentos — de Deus para o homem e do homem para Deus — que se realizam na ação litúrgica, tomada em concreto.

Em face dessas definições, o que podemos dizer é que liturgia para Callewaert e para D. Beaudouin não significam a mesma coisa, não, porém, que qualquer delas seja intrinsecamente falsa. Apesar disso um debate apaixonado se travou, principalmente entre nós, em torno do sentido da liturgia: uns exigiam a limitação do seu âmbito, seguindo Navatel, por exemplo, para quem liturgia é pouco mais que rubricística; outros desejavam o seu alargamento, como, em maior ou menor grau, os propugnadores do movimento litúrgico. A primeira tendência é mais abstrata e escolar — assim Callewaert define bem o que vai tratar no seu compêndio; a segunda tendência é mais pastoral e concreta — liturgia é movimento e ação: êstes úl-



timos são por isso mesmo menos precisos tècnicamente nas suas definições; elas são mais descritivas que por gênero e diferença, mas exprimem bem o objetivo de um movimento.

Neste terreno, a nossa encíclica oferece uma excelente contribuição. Não cometeremos a ingenuidade de vir bradar triunfantes que Navatel ou mesmo Callewaert andaram errados ou sossobraram em heresias, embora leiamos na encíclica que estão errados os que julgam a liturgia a parte sòmente externa e sensível do culto divino ou uma pompa decorativa das cerimônias, ou, ainda, mera sùmula de leis e decretos da hierarquia para ordenar e organizar os ritos sagrados (pág. 29). Navatel eu não conheço bem, mas de Callewaert eu sei bem que sabe circunscrever um tema e tratá-lo com justeza.

A contribuição do Santo Padre é, porém, no sentido de justificar e defender uma apreciação concreta da liturgia, que doravante não poderá mais ser contestada e goza plenos direitos de legitimidade. Poderíamos dizer que o Sumo Pontífice usa a linguagem do movimento litúrgico e que o seu intuito, nesta Encíclica é incentivar um movimento espiritual, cuja amplitude excede um definição limitada de liturgia.

Dissemos inicialmente que o Santo Padre indicou em suas primeiras palavras a linha mestra da Encíclica: *Mediator Dei et hominum, pontifex magnus*; a liturgia é a continuação na terra do munus sacerdotal de Cristo (pág. 12). Qual será, por consequência, o seu objeto? Primeiramente, o Santo Sacrifício; a seguir, os sacramentos, finalmente, o Louvor divino. Eis a tríade luminosa que constitui o próprio cerne da vida da Igreja, as fontes supremas de sua ação santificadora, apresentadas pelo Santo Padre como elementos constitutivos da liturgia.

Se quisermos uma definição, encontraremos na Encíclica a liturgia apresentada como “o culto público total do Corpo Místico” (pág. 24). Para entendê-la corretamente, entretanto, é preciso examinar em que sentido é usada a palavra *culto*. E não será difícil verificar que o é num sentido amplo, que não só inclui a glorificação de Deus pelo homem, mas a santifica-



ção dêste, como duas realidades inseparáveis no concreto. O fim dos ritos litúrgicos que constituem, a ação litúrgica é duplo: santificar os homens e prestar a Deus a glória devida.

A ação litúrgica para o Santo Padre não é apenas o testemunho de reverência prestado pelo homem a Deus — mas um duplo movimento: a edificação das almas e, noutro sentido, "quando as almas dos homens são como que construídas sobre o Cristo e nêle crescem de modo que no exílio dêste mundo aumente todos os dias sempre mais o templo sagrado no qual a Majestade Divina receba um culto agradável e legítimo". "É por isso", continua o Santo Padre, que em toda a Ação litúrgica está presente em companhia de sua Igreja o seu divino Fundador" (pág. 23). O Cristo está presente na Liturgia — presente no seu ministro e nas espécies Eucarísticas, presente nos sacramentos e presente no louvor.

O Cristo está presente na liturgia como sacerdote, como *Mediator Dei et Hominum*, como *pontifex maximus*. A liturgia é continuação do seu sacerdócio. É o Santo Padre quem diz: a sagrada liturgia nada mais é que o exercício do sacerdócio de Cristo — "*Iesu Christi sacerdotium per omnem saeculorum decursum nullo non tempore viget, cum sacra liturgia nihil aliud sit, nisi huius sacerdotalis muneris exercitatio*".

Conseqüentemente, devemos atribuir à liturgia as riquezas do sacerdócio do Cristo. A mediação do Deus-homem continua entre nós e é aplicada a cada um de nós pela Liturgia. Por isso mesmo, o Santo Padre nos dá uma síntese abreviada da história da liturgia, que é apresentada como o núcleo da própria história da Igreja. Começou com a Igreja — "os cristãos dos primeiros tempos, com efeito, eram assíduos à pregação dos apóstolos e à comum fração do pão e às orações. Sempre que os pastores podiam reunir os fiéis, aí erigiam um altar, sobre o qual oferecem o sacrifício. Em volta do altar são dispostos os demais ritos, pelos quais possam os homens santificar-se e a Deus prestar glória devida. Entre êsses ritos os sacramentos ocupam o primeiro lugar, são as sete principais fontes da salvação. Vem em seguida a celebração do divino louvor por onde os fiéis também em comunidade obedecem à exortação do



apóstolo Paulo: Em tôda a sabedoria ensinando e advertindo-vos a vós mesmos, por salmos, hinos e cânticos espirituais, na graça cantando em vossos corações a Deus. Segue então a leitura da lei, dos profetas, do Evangelho e das epístolas dos Apóstolos, e por último a homília ou pregação” (pág. 24/5).

Sacrifício, sacramentos, louvor divino, leitura dos Livros Santos, a clássica lectio divina de nossos pais, finalmente a pregação — eis o quadro da ação litúrgica. E como que para não deixar-nos a tentação de limitá-lo, supondo que pretenda focalizar apenas o aspecto do culto eclesiástico em sentido restrito, o Santo Padre nos diz expressamente que êle possui a dupla riqueza do sacerdócio, a dupla polaridade da mediação divina: “O ofício próprio do sacerdote, diz Santo Tomás, “é ser mediador entre Deus e o homem, enquanto entrega ao povo as coisas divinas e a Deus as preces do povo.” A liturgia como exercitação dêsse sacerdócio está igualmente entre Deus e o homem. “Como a sua divina Cabeça, assim também a Igreja assiste continuamente a seus filhos, os auxilia e os estimula para a santidade, para que ornados dessa beleza sobrenatural, tornem ao Pai do céu. Aos que receberam o dom da vida material, gera-os em certo sentido, novamente, dando-lhes a vida sobrenatural; a êles para que possam lutar contra o inimigo implacável, confirma com o vigor do Espírito Santo; chama os cristãos ao altar e em reiterados conselhos e convites estimula-os a que participem do Sacrifício Eucarístico, ou celebrem-no, e os alimenta com o manjar dos anjos para que se robusteçam; aos que o pecado feriu e maculou purifica e consola; aos que são chamados por inspiração do alto ao ministério sacerdotal, consagra-os por um legítimo rito. Aos que se destinam a fundar e organizar um lar cristão, reforça o seu casto matrimônio pela graça celeste e celestes dons. E, finalmente, tendo alimentado e fortificado as últimas horas desta vida com o Viático eucarístico e a unção do óleo sagrado, com suma piedade acompanha os despojos de seus filhos à sepultura, compõe-nos religiosamente, protege-os com a sombra da cruz, para que dali um dia ressurgam triunfantes sobre a morte. Além disso, aos que, a pro-



cura da perfeição da vida religiosa, se consagram ao serviço divino, abençoa e consagra solenemente. Por fim estende sua mão benfazeja às almas que a expiar no fogo purificador, imploram sufrágios e orações para conduzi-las finalmente à felicidade eterna" (pág. 25/6).

Que conclusão devemos tirar dessas palavras do Santo Padre, com as quais êle nos oferece uma noção tão larga e ampla de liturgia, tão larga que inclui os dois movimentos cêsse admirável comércio entre Deus e o homem, que constitui a nossa vida religiosa? Já dissemos que não nos abalançaremos a confrontar definições, para fulminar com notas teológicas os que discrepam desta concepção. Uma conclusão, entretanto, nos parece não só lícita mas de pleno direito: o Santo Padre nos dá uma clara orientação pastoral. Poderá haver sempre nos seminários e, mesmo, se quiserem, entre os leigos um curso de rubricística, nada impede igualmente um curso de estudo arqueológico de ritos e cerimônias; é possível sem dúvida, alguém se dedicar ao estudo dos ritos religiosos sob o aspecto formalíssimo de culto tributado a Deus, de exercício estrito da virtude da religião. Tudo isso é legítimo, porque tudo isso atinge verdades. Entretanto, é preciso que fique bem claro não ser a isso que o Santo Padre se refere em sua Encíclica sobre a Liturgia. O que êle pretende incentivar é algo de muito maior, é um movimento pastoral visando atrair os fiéis a tomar parte no sacerdócio do Cristo, isto é, a receber os seus frutos. Para isso a sua linguagem é quase sempre concreta e o seu desejo manifesto é que tomemos o nosso lugar na Ação Litúrgica, como quem procura as fontes mais puras da vida cristã.

## II — O SACRIFÍCIO DA MISSA

Nesse sentido, compreende-se bem que o Santo Padre se tenha detido mais longamente a considerar o Sacrifício da Missa — fonte primária de nossa santificação e ato central de nosso culto e igualmente ação sacerdotal por excelência. *Mediator Dei et hominum* precisa ser visto no ato supremo do



seu sacerdócio, isto é, no Santo Sacrifício da Cruz e na sua renovação quotidiana da Santa Missa. E com efeito, é êsse o ponto central de nossa Encíclica.

Não cabe aqui investigar, como não foi assunto da Encíclica, o problema árduo e sedutor das relações do Sacrifício da Cruz com o sacrifício da Missa. Apenas de passagem é lembrado pelo Santo Padre a unidade do Sacrifício da Cruz e do Sacrifício da Missa — “a mesma hóstia, o mesmo Sacerdote” — “sola offerendi ratione diversa”. O mesmo sacerdote, pois o ministro sagrado age em virtude e em lugar da pessoa do Cristo; a mesma hóstia, embora na Missa já não seja mais possível a efusão do sangue, pois a morte já não tem domínio sobre a natureza humana do Cristo, no estado glorioso, — sendo, por isso, a morte significada admiravelmente por sinais externos, isto é, pela separação simbólica do corpo e do sangue operada em cada consagração.

A nossa Encíclica sobre o Cristo mediador entre Deus e o homem, continuado entre nós pela Ação Litúrgica, tem em mira mostrar a nossa participação nesse sacerdócio único do Cristo ou, noutras palavras, como nos é assegurada a entrada em posse dos efeitos infinitos dessa ação sacerdotal perfeita e infinita.

Procurando esclarecer esta questão relembra a Encíclica *erros passados*, que às vêzes parecem querer levantar novamente a cabeça, sob a forma de um certo comunitarismo excessivo ou de um certo democratismo sacerdotal. Poderíamos por em foco a dificuldade recorrendo a uma comparação: Sabemos que tôda a autoridade, todo o poder vem de Deus e que, conseqüentemente, é em virtude de um poder recebido de Deus, apoiado na lei eterna que o Presidente governa a sociedade civil. Entretanto, essa autoridade reside primeiramente, embora de modo imperfeito — isto é, não para que seja exercida, mas para que seja transferida — no povo. O povo, por carência de unidade não pode exercer o govêrno, cabe-lhe, entretanto, o direito de eleger o governante e limitar-lhe o poder. A autoridade reside vialiter seu transeunter na multidão e por meio dela chega ao príncipe.



Poder-se-ia pretender decalcar sôbre êsse esquema a constituição da hierarquia religiosa. Assim, o sacerdócio do Cristo sera participado primeiramente pelo povo; a êste caberia eleger os seus representantes, delegar o seu poder sacerdotal.

Aqui surge a primeira retificação do Santo Padre, enquanto define a posição do sacerdócio hierárquico na Igreja. O sacerdote hierárquico não é diretamente um representante do povo. O poder que êle recebe é sôbre humano, algo que o povo não lhe pode dar. Vem do Cristo êsse poder. Êle é o único sacerdote, o único mediador entre Deus e o homem por próprio direito. Êle que conferiu êsse poder aos Apóstolos e pela imposição das mãos por parte dêstes, aos seus sucessores, a fim de que o representem diante de Deus e em face do povo. É um poder que vem do alto, conferido por um sacramento, que marca a alma de que o recebe com um caráter. "Tal sacerdócio não se transmite por herança, nem se origina da comunidade dos cristãos, nem pelo povo é delegado. Antes de agir em nome do povo junto a Deus, o ministro das coisas sagradas é legado do divino Redentor; e por ser Jesus Cristo a cabeça dêsse corpo, do qual os cristãos são membros faz o sacerdote as vêzes de Deus junto a gente que lhe foi confiada. Êsse poder que lhe é confiado, nada tem de humano pela sua natureza, pois procede inteiramente do alto e deriva de Deus. "Assim como o Pai me enviou, eu vos envio" (pág. 39).

Sòmente de um modo indireto o sacerdote hierárquico é representante do povo. Isto é, enquanto representa o Cristo sacerdote, cabeça do Corpo Místico. Assim como o vínculo que une o Corpo Místico não une os fiéis entre si imediatamente, mas os une entre si por uni-los primeiramente ao Cristo (É em Cristo que todos somos um). Assim igualmente o sacerdote é representante do povo enquanto o povo está unido pelo batismo ao Cristo, do qual êle faz as vêzes.

Mais interessante para nós, entretanto, e mais longamente tratado na Encíclica é o agitado problema da participação dos leigos na Liturgia, e, em especial, na oblação do Santo Sacri-



fício. Tocamos aqui no chamado sacerdócio dos leigos, questão bastante debatida em nossos dias, principalmente em vista da Ação Católica.

Quando há alguns anos atrás, sem ter ainda — vel extremo digito, como diria o nosso autor — percorrido um compêndio de teologia, me animei a ler o belo livro do Padre Maurício de la Taille — *Mysterium Fidei*, — causou-me uma viva impressão a sua argumentação em favor do sacerdócio leigo. Oferecer o sacrifício é a ação precípua do sacerdote. Sacerdócio e Sacrifício são de certo modo termos correlativos. Ora os textos da Santa Missa mostram que o leigo oferece o sacrifício com o sacerdote hierárquico; conseqüentemente êle também é um sacerdote.

A argumentação é realmente sedutora, entretanto, a sua insuficiência aparece quando procuramos analisar em que consiste formalmente o sacerdócio. Sacerdote formalmente é mediador, é o pontífice entre Deus e a criatura. Ora não basta participar da oblação para ser um mediador.

Eis um ponto que a Encíclica esclarece plenamente; e se ela vos nega o título de sacerdote, não diminui a vossa dignidade de batizados, pois exalta de modo sem precedente a vossa participação no Sacrifício e a vossa função de oferentes.

Caminhemos um pouco devagar, porque o interêsse do assunto o merece.

Que o leigo participa do sacerdócio do Cristo ninguém pode negar. Que é o caráter batismal, que é o caráter do confirmado senão conformação com o sacerdócio do Cristo? Já os antigos diziam que o batismo é o sacerdócio dos leigos. É sempre citada a expressão de S. Jerônimo: *Sacerdotium laici, id est baptisma*. E S. João Crisóstomo é as vezes, mais categórico. Notemos, porém, o que nos parece extremamente simples e claro, mas nem sempre é bem compreendido pelos autores: participar do sacerdócio não é ainda ser sacerdote. O sacerdote é um intermediário e a sua própria função é comunicar os frutos do alto aos que estão em baixo. A própria natureza do



sacerdócio exige que êle seja participado e participado precisamente pelos que não são sacerdotes. Não havendo dois extremos não pode haver o meio.

De outro lado, as Escrituras nos falam de um certo sacerdócio leigo. São conhecida as palavras que S. Pedro toma de Isaías para applicá-las ao povo conquistado pelo Cristo — *Vos autem genus electum, regale sacerdotium*. E os Santos Padres freqüentemente atribuem uma tarefa mediadora quase sacerdotal à comunidade. Nesse sentido ninguém talvez vai mais longe que S. João Crisóstomo. "É grande, com efeito, a fôrça e o poder da assembléia sagrada, isto é, da Igreja. Considerai quão grande é essa fôrça: A oração da Igreja libertou Pedro dos vínculos e abriu a bôca de Paulo. O seu sufrágio não é pequeno no ornamento para os que são elevados às dignidades espirituais". Mais adiante, continua o Santo Doutor: "Freqüentemente não há nenhuma diferença entre o sacerdote e aquêles que êle preside, como no caso em que os tremendos mistérios devm ser recebidos. A êles, todos são igualmente admitidos. Ao contrário do que acontecia no Antigo Testamento em que o alimento do inferior era diverso do do Sacerdote, não lhe sendo permitido alimentar-se com o alimento do sacerdote. Agora as coisas se passam de outro modo, e a todos é oferecido o mesmo Corpo e a mesma bebida". Lembra a seguir S. Crisóstomo a contribuição dos fiéis, em preces unidas ao do sacerdote, em favor dos penitentes e diz, a seguir, que nos próprios mistérios sacrossantos são recíprocos os votos e preces — do sacerdote pelo povo e do povo pelo sacerdote.

Mais direta é ainda uma passagem de Santo Agostinho, em relação ao poder das chaves — poder exclusivamente sacerdotal. "Tu és Pedro... Um homem recebe. Quais sejam as chaves do Reino dos céus, êle (o Cristo) expôs: "O que ligardes na terra será ligado no céu, o que perdoardes na terra, será perdoado no céu. Se só a Pedro isto foi dito, só Pedro o fêz: morreu e partiu (*obiit et abiit*); quem pois liga, quem perdoa? Ouso dizer, estas chaves nós as temos. E porque o digo? Porque nós ligamos e nós perdoamos. Ligais também e perdoais também. O que é ligado é separado do vosso convívio; e quan-



do é separado do vosso convívio, é por vós ligado. E quando é reconciliado, por vós é perdoado, porque em seu favor Deus foi por vós rogado". (S. A. Serm. XVI Guelfert apud Morrin).

Eis a grande dignidade da assembléia litúrgica, eis a grande dignidade do leigo na casa de Deus. Será, entretanto, que dessa ação mediadora da oração comum ou da parte tão grande que tem o leigo na oblação eucarística, se pode concluir que o leigo possui um sacerdócio no sentido próprio?

Evidentemente, o primeiro elemento não basta para constituir um sacerdócio em sentido próprio. A oração não é rigorosamente um ofício próprio do sacerdote, mas um direito universal: todos têm o direito e o dever de pedir para si e para os demais. Além disso, a oração não constitui um verdadeiro mediador. O orante não está entre Deus e aquêle por quem ora, mas recorre a Deus — à misericórdia de Deus e não a sua justiça — para que Deus faça descer diretamente a sua bênção sobre a pessoa ou comunidade interessada. Age no próprio nome em favor de outro e não como intermediário. Não negamos, com isso, que a oração possa revestir-se do caráter sacerdotal, como na oração do Cristo, mas em geral, e no nosso caso isso não acontece. E de acôrdo com a tradição, é em relação ao sacrifício que se define o sacerdócio. O segundo elemento, por isso, é muito mais sugestivo, atinge o ofício precípua do sacerdote; assim exige um exame mais atento, à luz de nossa encíclica.

Antes de tudo, é preciso notar que nunca a autoridade pontifícia, talvez mesmo, nunca um teólogo tenha mostrado tão claramente até que ponto vai a participação dos leigos no Sacrifício eucarístico. Assim, portanto, se apoiados no Santo Padre, chegarmos à conclusão de que o sacerdócio do leigo não é um sacerdócio no sentido próprio, não estaremos diminuindo a dignidade do leigo, porque nem por isso o sacrifício eucarístico é menos o seu sacrifício.

A nossa Encíclica examina cuidadosamente o assunto. Primeiramente mostra que não se trata unicamente de uma participação exterior — dialogando ou cantando com o sacerdote. Essa participação exterior é útil e aconselhável, porque



é própria da natureza humana caminhar do sensível para o espiritual. Nem é apenas uma participação remota, isto é, a oferta da matéria para o sacrifício — expressa às vezes pela procissão do ofertório ou pela esmola, embora também seja louvável essa participação. Mas é uma participação na própria intimidade da oblação eucarística.

Para ajudar-nos a penetrar êste problema que exige clareza, vamos recorrer a uma comparação usada por D. Capelle. Boa oportunidade para citar o nome do grande Abade Beneditino, que não só muito nos ajudou neste estudo, mas que talvez seja um dos teólogos a que se refere o Santo Padre quando diz: "grande alegria nos trouxe à alma sabermos ser esta doutrina posta em sua verdadeira luz, mormente nos últimos tempos, pelo estudo mais profundo da disciplina litúrgica por parte de muitos". (pág. 67).

A comparação de D. Capelle é a seguinte: "A frota dos gregos, a caminho para Troade, tem sua marcha interrompida em Aulis. Consultados pelo sacerdote Calchas, os deuses exigem o sacrifício de Efigênia, filha do rei Agamenon, sobre o altar de Artemis. No último momento, entretanto, a clemência da deusa salvará a infeliz jovem.

Se se analisa a oferenda dêste sacrifício, vê-se que êle comporta diversos atos coordenados, mas distintos: Agamenon *oferece* a filha em nome dos gregos e por êles, Efigênia se *oferece* a si mesmo e o sacerdote Calchas *oferece* a vítima aos deuses.

Êste último ato é sacerdotal, pois realizado por um sacerdote no exercício do seu ministério. Êle se distingue dos demais pelo caráter de mediador; o sacerdote é encarregado de apresentar à divindade, segundo a via hierárquica, Efigênia oferecida por seu pai e pelos gregos. Nós não sabemos nada dos alimentos íntimos dêste sacerdote... A substância do seu ministério é independente disso, embora seja da perfeição do ministério sacerdotal que a sua mediação seja tão intensamente humana quanto possível.

Ao lado de Calchas, está Agamenon e o povo. Êstes oferecem mas em outro sentido. Agamenon oferece em Efigênia a sua própria carne, que Calchas vai apresentar aos deuses...



Finalmente a própria Efigênia se oferece a si mesma, como vítima. Esta oferta não é da essência do sacrifício, pois a rigor, a vítima é oferecida e não se oferece. Tratando-se, porém, de uma pessoa humana era natural que ela se oferecesse.

Nêste exemplo distinguimos três modos de oferecer:

o oferecimento de Agamenon

o oferecimento de Efigênia

o oferecimento de Calchas

Agamenon — oferece em seu próprio nome, — é o oblato ou o oferente.

Calchas — não oferece em seu nome mas em nome do povo e de Agamenon — é o sacrificador ou o imolador.

Efigênia — se oferece a si mesma como vítima ou hóstia.

Como aplicar esta comparação ao sacrifício da Cruz e à Missa? Se tomarmos o Cristo, tudo se simplifica: Ele se ofereceu simultaneamente como Agamenon, como Calchas e Efigênia. Pois é simultaneamente o primeiro “oblato”, o sacerdote e a vítima.

Em relação a nós, a distinção é necessária. O sacerdote hierárquico, em virtude do poder recebido do Cristo oferece também dos três modos, ou pode oferecer dos três modos, embora em grau muito inferior ao do Cristo, principalmente quanto ao 3.º sentido. O leigo porém, que de nenhum modo é mediador, não realiza a oferta semelhante a de Calchas a oferta sacerdotal. Isto de modo nenhum equivale a dizer que o leigo não oferece o sacrifício. Evidentemente, o leigo oferece o sacrifício, mas não o faz como sacerdote e sim pelo sacerdote e com o sacerdote. O sacrifício é do sacerdote e do leigo — *meum ac vestrum sacrificium* — mas cada um o oferece a seu modo, pois são diversas as funções. Antes de precisar estas afirmações convém relembrar algumas idéias básicas para a reta conceituação de sacrifício. Todo o sacrifício tem necessariamente a sua raiz numa oferta interior: sem isso, é evidente, que o sacrifício nem sequer atingiria a dignidade de ação humana. Entretanto, não basta esta oblação interior para constituir um sacrifício em sentido próprio. Nem tôda a



oferta é sacrifício. Dois novos elementos devem ser acrescentados para que uma oblação se torne um sacrifício: primeiro, que seja dirigida unicamente a Deus (uma oferta ao Padre ou a um santo pode ser uma oblação mas não é um sacrifício); segundo, que se manifeste exteriormente. No nosso exemplo Agamenon realizou a oferta interior, com tôdas as fôrças de seu sentimento paterno. Não era ainda um sacrifício. Era preciso que Calchas realizasse a oferta exterior, função que era unicamente sua, como sacerdote e complemento necessário para o sacrifício.

Por direito natural, seria de certo modo suficiente a oblação interior: Deus que conhece os corações poderia contentar-se com a nossa submissão interior. Digo seria *de certo modo* suficiente, pois não seria o modo mais conveniente ao homem, cuja natureza é inclinada a exprimir sensivelmente as coisas interiores — est autem modos conveniens homini, ut sensibilibus signis utator ad aliqua exprimenda (S. F. 2.<sup>a</sup> par 85, 1, c). Assim o próprio sacrifício exterior se funda no direito natural. Entretanto, já não é da lei natural que o sacrifício seja feito dêste ou daquele modo, pois isso já é de direito positivo divino, que obrigou de modo diverso os que estavam sob a lei antiga e os que estão sob a lei nova.

Acresce ainda que para a justa compreensão do nosso sacrifício é preciso não esquecer que o homem não existiu em estado de natureza pura e que o nosso estado é o estado de pecado. Nessa situação, o homem se tornou incapaz de oferecer um sacrifício natural: estava separado de Deus e Deus não acolheria a sua oblação. Foi preciso que o Cristo se incarnasse e se fizesse o Mediador entre Deus e o homem para oferecêr em nome dêste o sacrifício da Cruz, que é antes um sacrifício Redentor, sacrifício pro peccatis.

Se perguntássemos, portanto, se todos os homens têm obrigação de oferecer a Deus sacrifício, nossa resposta seria afirmativa. Se perguntássemos, se, na situação concreta da humanidade todos os homens podem por si mesmos oferecer a Deus sacrifício, nossa resposta seria negativa; nenhum homem, excepto o Cristo, poderia oferecer sacrifício agradável a Deus.



Tudo isso acarreta não poucas mudanças entre a simples ordem natural e a ordem concreta da Redenção. Na ordem hipotética da natureza pura, todo o homem deveria e poderia oferecer sacrifício, sacrifício interior principalmente, mas também sacrifício exterior, para exprimir sensivelmente a atitude da alma. Nessa situação a prevalência do sacrifício interior seria evidente: o sacrifício interior — ato livre de um homem — é incomparavelmente maior que o sacrifício exterior — imolação de uma vítima animal. Em relação ao próprio Cristo permanece verdadeira essa preeminência do sacrifício interior sobre o exterior. Tudo, porém, se altera em relação a nós: dissemos que por nós mesmos não poderíamos oferecer sacrifício, só o Cristo poderia fazê-lo, como realmente o fez em nosso nome. O sacrifício do Cristo se tornou o nosso único sacrifício: Por Ele, e nEle oferecemos sacrifício a Deus. Assim, há uma desproporção entre o nosso sacrifício interior e o sacrifício exterior: o sacrifício exterior é incomparavelmente maior que o interior. O que podemos oferecer interiormente é a pobre generosidade de um coração humano, o que oferecemos exteriormente é a Hóstia Santa e Imaculada. A grandeza de nossa oferta interior não vem dela mesma, mas de ser ela unida à oferta exterior, formando com o Cristo uma única oblação, que por Ele é apresentada ao Pai.

Tudo isso nos é possível, em virtude da *felix culpa quae talem ac tantum nobis meruit habere Redemptorem*. Cristo se constituiu único Mediador entre Deus e o homem o *Mediator Dei et hominum pontifex magnus qui penetravit caelos*. Em especial, isso nos é possível porque essa Mediação única é continuada na terra pela liturgia, principalmente pela Missa. A Missa é, na ordem atual, o único sacrifício e o sacrifício universal que todos os homens devem oferecer a Deus. Outro, um sacrifício puramente natural, o homem, manchado pelo pecado, não é capaz de realizar; outro, mesmo sobrenatural, o homem não pode oferecer porque não corresponde à determinação divina.

Todos oferecemos este único Sacrifício, mas não o podemos fazer sem o Cristo: Ele não é só a Hóstia, mas o me-



diador necessário — o Sacerdote. Todos podemos oferecer interiormente, fazendo a oblação da vítima, mas só o Cristo pode imolá-la isto é, oferecê-la exteriormente. A oferta é nossa mas a única pessoa que tem o direito de apresentá-la ao Pai é o Cristo. Por Cristo oferecemos. Cristo realizou o sacrifício em nosso nome e entregou-nos o Seu Sacrifício como o nosso sacrifício. Mais ainda — quis que o Seu Sacrifício fôsse oferecido diàriamente, em todos os lugares; para isso entregou a alguns dos homens o ofício sacerdotal, isto é, o poder de apresentar ao Pai externamente, em Seu nome, o Seu sacrifício, do Seu corpo e sangue como sacrifício da Comunidade Cristã, interiormente oferecido por ela.

Voltamos à nossa distinção entre Sacrifício interior e sacrifício exterior. Aquêlé é dever de todos e é realizado por todos, êste é privativo do sacerdote. O elemento exterior, necessariamente fundado no interior, é, entretanto, a última perfeição do sacrifício e é o seu ato essencialmente sacerdotal. Assim foi na Cruz, assim continua em cada Missa. Pois, Deus que nos podia remir por um simples ato de sua vontade quis fazê-lo de modo sensível. Mais ainda: a Incarnação já seria suficiente; o menor ato interior do Cristo se revestia de tal dignidade que poderia remir a falta da humanidade inteira; igualmente uma gôta de seu sangue bastaria.

Porque, então, o Sacrifício da Cruz? Mistério insondável da misericórdia divina! Deus nos quis remir por êsse caminho e só nos cabe reverenciar a imensa Caridade de Deus, salvando-nos de um modo humano e corpóreo.

A raiz do Sacrifício de Cristo foi sem dúvida um ato de sua vontade, foi a sua obediência cheia de amor: "Per unius oboeditionem iusti constituentur multi" (Rom. 5.14). Foi êste o sacrifício interior do Cristo e foi Êle que deu valor ao sangue derramado.

Mas esta oblação interior sòmente, esta obediência e caridade não teriam feito do Cristo uma vítima sacrificial. Foi a efusão do Sangue, a oferta visível na Cruz que fêz do Cristo a verdadeira hóstia. Foi o seu sangue que nos remiu. Sine sanguinis effusione non fit remissio (Heb. 9.22).



Do mesmo modo, Cristo nos entregou a seu sacrifício, para que todos o ofereçamos diariamente. Entretanto, quis que a apresentação do sacrifício ao Pai fôsse feita por pessoas determinadas, às quais conferia poder especial para realizar o rito do Sacrifício Sacramental. Essa é a ordem concreta da nossa Redenção: assim Deus estabeleceu e esse é o nosso único modo de oferecer a Deus sacrifício.

Tudo isso, é necessário ponderar para entender bem a Encíclica.

Vejamos pois, o que diz a Encíclica da participação do leigo no sacrifício eucarístico e procuremos depois tirar algumas conclusões.

Já dissemos que a Encíclica não atribui ao leigo apenas uma participação remota no rito sacrificial — pela oferta da matéria e pela união sensível nas orações — mas mostra a sua participação na própria intimidade do sacrifício, na sua própria essência. Ora a essência do Sacrifício da Missa é a Consagração. *Sacrificium perficitor in Consecratione*, dizem os teólogos. É em virtude das palavras consagratórias, que simbolicamente, sacramentalmente coloca sobre o altar separadamente o Corpo e o Sangue de Cristo, que é realizada a oblação sacrificial. A própria comunhão não é parte essencial do Sacrifício e sim parte integrante.

O Santo Padre distingue na Consagração duas formalidades: a *immolatio* e a "*oblatio*". Alguns teólogos têm querido fazer dessa distinção uma divisão em partes que se excluem. Para estes o sacrifício consistiria em oblação mais imolação. Assim, por exemplo, De La Taille para quem a imolação, vem a constituir uma parte inferior, quase negativa da ação sacrificial. Seria por assim dizer a *mactatio* ou a destruição da vítima.

Nesse sentido não podem ser entendidas as palavras do Santo Padre. A imolação é ação pela qual o Cristo se faz presente no altar em estado de vítima, fazendo dessa oblação um sacrifício. Ao lado disso, ao mesmo tempo que a vítima é posta sobre o altar e pelo fato de o ser, o sacerdote a apresenta como oblação a Deus Pai. A esta oblação chama o Santo Pa-



dre hanc restricti nominis oblationem, oblação em sentido restrito. E oblação em sentido restrito não pode ser entendido, neste contesto, como oblação no sentido mais plena do termo, no sentido mais próprio do termo, mas como oblação em sentido mais genérico, isto é, menos perfeito, menos pleno e rico. Poderíamos dizer: aquela é oblação exteriorizada, oblação externa ritual, esta é apenas a oblação interior. Com efeito, a Encíclica se propõe a precisar o significado da palavra oferecer — offerendi vocem propriae significationis terminis circumscribamus oportet. A seguir distingue: a imolação incruenta — incruenta enim illa immolatio, qua consecrationis verbis prolati Christus in statu victimae super altare prae-sens redditur — e a oblação no sentido restrito — hanc restricti nominis oblationem. Evidentemente o Santo Padre nos quer indicar dois sentidos da palavra oferecer, duas formas de oblação: a imolação e a oblação restricti nominis. A primeira é sem dúvida a maior, pois não só é a mais central como é atribuída unicamente ao sacerdote, enquanto representa o Cristo e não representa o povo — é a oblação mais perfeita, enriquecida pela exteriorização, que a torna mais plena. A segunda é a menor, a oblação simultânea do sacerdote e do povo, simplesmente oblação, que só pode ser dita sacrificial, por estar unida à primeira. A primeira é a oblação ritual, sacrificium exterius, a segunda é a oblação interior, o sacrificium interius. Repitamos, entretanto, que esta distinção não se faz por partes que se excluem, mas é uma distinção inadequada, pois o rito exterior é uma perfeição acrescentada a atitude interior, é um sinal do interior, que, por consequência, não só é suposto, mas está incluído.

Onde reside a participação dos fiéis? A Encíclica nos diz em palavras precisas. Não é na primeira oblação, isto é, na imolação: esta é ação exclusiva do Cristo, único sacerdote, que por direito nato, pode oferecer-se como hóstia ao Pai e do seu ministro, enquanto o representante — ab ipso solo sacerdote perficitur, prout Christi personam sustinent, non vero prout christifidelium personam gerit.

Na segunda oblação é que o fiel participa e oferece de certo modo o sacrifício. Isto é, o fiel participa do oferecimento



da vítima colocada sobre o altar a Deus Pai. Em outras palavras: o fiel oferece o sacrifício, mas não o faz ritualmente. O rito é feito em nome d'ele pelo sacerdote.

Não vos pareça pouco o que vos é concedido: a imolação da vítima divina é um ato supra humano. O sacerdote o realiza porque recebeu do Cristo poder especial para isso e poder que só ele podia comunicar. Basta lembrar que esta imolação se realiza mediante um milagre imenso — a transubstanciação. A voz do sacerdote é aplicada como espada — “O Dei cultor sanctissime, diz Gregório Naziazeno a Anfilóquio, ne cuncteris, et orare et legatione fungi pro nobis, quando verbo Verbum attraxeris, quando incruenta sectione secaveris corpus et sanguinem Dominicum vocem adhibens pro gladio” (P.G. 37.280) Quando pela secção incruenta, separares o corpo e o sangue do Senhor usando a voz como espada. Verdadeiramente é esse o grande milagre de nosso sacrifício: o sacerdote falando na primeira pessoa do singular, diz: “Este é o meu Corpo”, “Este é o cálice do meu sangue” e por força dessas palavras o Corpo e o Sangue do Senhor, sendo, em cada partícula e em cada gota, o Senhor com toda a sua glória, Deus e homem, se separam no sinal ou no sacramento. Este ato excede as medidas humanas: o sacerdote e realiza em lugar do Cristo.

Na segunda oblação é que o leigo toma parte. Graças a ela, ele adere com todas as forças de sua alma ao sacrifício do Cristo, oferecendo — para a glória do Pai e bem de toda a Igreja — a Deus Pai a vítima colocada sobre o altar. E a misericórdia divina aceita como própria de cada fiel esse sacrifício do qual a imolação exterior — da hóstia Santa e Imaculada é incomparavelmente maior que a oblação interior de cada membro da Igreja.

Estamos, portanto, ante Calchas e Agamenon, entre o immolator e o oblator, ante a ação exclusiva do sacerdote e aquela que é realizada também pelos leigos. E no nosso caso, estaremos em face de um sacerdote divino, oferecendo uma vítima divina. Cresce, portanto, a dignidade do munus sacerdotal, mas cresce igualmente a riqueza da participação n'ele.



Resta-nos ver *como* é que o leigo participa da oblação sacrificial. A Encíclica nos responde: de duas maneiras — pelo sacerdote e com o sacerdote.

*Pelo sacerdote* oferece porque o ministro do altar, faz as vêzes do Cristo cabeça, do Cristo que oferece em nome de todos os membros. Como membros do Cristo todos oferecemos, pelo Cristo tôda a Igreja apresenta a oblação da vítima. E o sacerdote ministro, enquanto representa o Cristo, representa indiretamente todos os membros do Cristo e por êles oferece a oblação.

*Com o sacerdote*, o povo oferece não porque realize um rito litúrgico visível, o que é próprio do ministro, mas porque une os seus votos aos dêle, mais ainda com os do Sumo Sacerdote — a fim de que a vítima seja apresentada a Deus pelo rito externo do sacerdote. O rito externo manifesta o culto interno — êste tributo interno de honra a Deus.

Pelo sacrifício da Nova Lei o Cristo e por Cristo e com o Cristo todos os membros tributam a devida honra e veneração a Deus.

\* \* \*

É necessário abrir um parêntesis nesta nossa exposição para evitar um equívoco que as nossas palavras poderiam induzir: quando dizemos — e o fazemos repetindo palavras da Encíclica— que o leigo não realiza um rito sacrificial visível por ser êsse munus exclusivo do sacerdote, não estamos negando a participação ativa do leigo na Santa Missa, nem proibindo-lhe tôda e qualquer participação ritual. Isso seria ir contra a Encíclica que incentiva o uso do Missal, a missa dialogada ou cantada e menciona favoravelmente a procissão do ofertório. Portanto, é preciso entender o que dizemos como referindo-se ao rito essencial do Sacrifício: a ação de imolar a vítima pelas palavras é exclusiva do sacerdote.

Nos demais ritos, tanto preparatórios como complementares do sacrifício o leigo pode tomar e convém que tome parte, conforme as rúbricas permitirem ou determinarem. É preciso, entretanto, que nunca nos esqueçamos que estamos tomando parte em um sacrifício que excede de muito as nossas



fôrças, cuja medida não é a nossa atividade, mas a atividade do Cristo que é a um tempo o sacerdote e a vítima. Todo o valor de nossa ação está na intimidade com que ela se une à ação do próprio Cristo. Nesse sentido, tôda a participação ritual do fiel na Santa Missa deve visar exprimir exteriormente, por gestos e palavras, a oblação da única Hóstia, o próprio Cristo, que no seu momento central não poderá ser senão interior e de outro lado excitar e fortalecer a oblação interior.

Assim deve ser entendida, por exemplo, a procissão do ofertório. É muito comum pretender-se ver na oferta do pão e do vinho, trazido pelo fiéis, uma oferta prévia de nós mesmos — e pão simbolizando a nossa vida, o vinho o nosso sofrimento — e como se fôsse possível colocar as nossas pequenas oferendas ao lado da grande hóstia que é o próprio Cristo vítima. O pão e o vinho são elementos tomados da natureza, escolhidos pelo Cristo, para simbolizar não a nossa vida, mas antes de tudo a Sua. Tomando pão o Cristo disse: “Tomei e comei, êste é o meu corpo”. O mesmo disse do vinho: “êste é o meu sangue da nova aliança”. É evidente que o Cristo escolheu o pão e o vinho como sinais do seu Corpo e o do seu Sangue, que seriam entregues aos homens como alimento. Não como símbolos da vida de cada fiel. Assim, portanto, ao oferecer o pão e o vinho no Ofertório, a nossa idéia principal é exprimir previamente a oferta da única Hóstia da Missa, que é o próprio Cristo. O ofertório vale, pois, como uma manifestação visível, da oferta interior da Hóstia Imaculada, na qual secundariamente a nossa vida deve ser incluída, graças a imensa misericórdia de Deus.

\* \* \*

Com isto, já estamos fazendo um transito a consideração da nossa participação na Santa Missa não mais na linha do sacerdote ou do oblato — De Calchas ou Agamenon — mas na situação de vítima, isto é, no papel da Efigênia. É outro ponto de que a Encíclica não descure. Pois não só ela nos atribui uma participação no Cristo sacerdote, mas também no Cristo vítima e isto se faz também de duas maneiras.



Primeiramente, de um modo geral, que não está circunscrito ao próprio rito sacrificial, mas que abrange toda a vida do Cristão, o seu esforço contínuo e perseverante para se tornar semelhante ao Cristo. Neste sentido, toda a vida do cristão deve fazer dele uma hóstia viva, em cada ato e em cada momento entregue ao Pai, conforme a advertência do Apóstolo: *Obsecro itaque vos, ... ut exhibeatis corpora vestra hostiam viventem, sanctam, Deo placentem, rationabile obsequium vestrum*" (Rom. XII, I). A vida cristã nada mais é que a formação progressiva do Cristo em cada fiel graças ao seu crescente esvasiamento das coisas que não são de Deus, substituídas pelas que são do alto, de modo que cada fiel possa repetir com S. Paulo: *"Christo crucifixus sum Cruci; vivo autem, iam non ego, vivit vero in me Christus"* (Gal. II, 19-20). A formação da imagem do Cristo em nós, principalmente enquanto ela nos impele a uma doação, plena de Caridade, de nós mesmos a Deus, em união com o Cristo, já nos dá direito de dizer que oferecemos a Deus o sacrifício de nós mesmos.

Notemos, porém, que até aí estamos falando de sacrifício e de hóstia em sentido geral e impróprio, de sacrifício e hóstias espirituais. Há, entretanto, uma participação mais profunda do cristão no sacrifício, como vítima: é quando isto se faz em relação ao único sacrifício do Cristo e em união com a única vítima sacrificial, indicada pela Encíclica. Esta decorre não mais da nossa disposição ou desejo de união, mas da própria economia da obra redentora do Cristo. Pois o Cristo, não só como sacerdote é a cabeça do Corpo Místico, oferecendo o sacrifício em nosso nome, mas também, enquanto vítima, continua sendo a nossa Cabeça, pelo qual toda a Igreja é oferecida ao Pai. É o que o Santo Padre exprime, dizendo: — "Se, pois, como escreve Agostinho, o nosso mistério está pôsto na mesa do Senhor isto é, o próprio Cristo Senhor, enquanto é a Cabeça e o Simbolo daquela união, no qual nós somos o Corpo do Cristo e membros do seu Corpo; se Roberto Belarmino, de acordo com o pensamento do doutor de Hipona, ensina estar significado o sacrifício geral, pelo qual todo o Corpo Místico de Cristo, isto é, toda a cidade remida é oferecida a Deus pelo Cristo, grande



sacerdote, nada mais certo, nada mais justo pode alguém pensar que todos nós, em união com a nossa Cabeça que por nós padece, nos imolemos também a nós mesmos ao Eterno Pai. No sacramento do altar, segundo o mesmo Agostinho, mostra-se à Igreja que ela mesma é oferecida naquilo mesmo que oferece" (pág. 71/2).

É preciso, entretanto, que esta consciência de nossa participação no Cristo vítima do Sacrifício, não venha sugerir a noção falsa de uma duplicidade ou multiplicidade de Hóstias, como se o lado da grande Hóstia se dispuzessem as diversas hóstias humanas. O Cristo é a única vítima do Sacrifício e Ele somente ofereceu o seu sangue, preço exigido por Deus para a nossa redenção. Não nos esqueçamos que o fim específico do Sacrifício do Cristo é propiciatório e que ato propiciatório e meritório só o Cristo podia realizar. Como diz muito bem D. Capelle, ao falar de nossa participação, consideremos que é preciso respeitar a solidão de Jesus Cristo: a primeira colaboração do cristão na missa tem que ser a fé na redenção gratuita que desce sobre ele do Cristo imolado, como desceu um dia da Cruz sobre o mundo ... "O cristão tem outros deveres mas eles vêm em seguida" (D. Capelle, *Du sens de la Messe*, in *Quest. lit. et Parois.* 1941/42, pág. 76).

A participação do cristão no Cristo vítima de uma lado é uma adesão interior, uma conformação aos sentimentos de Cristo — "*Hoc enim sentite in vobis quod et in Christo Jesu qui ... semeptipsum exinanivit ... factus oboediens usque ad mortem, mortem autem crucis*", de outro lado é uma consequência de que o Cristo é vítima como cabeça do seu Corpo e inclui em si toda a sua Igreja, que por Ele é oferecida ao Pai.

São êsses os dois modos pelos quais nos oferecemos a nós mesmos como hóstias: um é o modo geral, que inclui todo o nosso movimento de procura de Deus — não só na ação litúrgica, mas mesmo a ascese extra litúrgica; êsse movimento atinge certamente a sua culminância quando assistimos ao Sacrifício e procuramos unir os nossos sentimentos aos sentimentos do Cristo, oferecendo-nos a nós mesmos, em união com Ele. Outro é o modo especial, pelo qual no Cristo e pelo Cristo — Hóstia em



nosso lugar — somos oferecidos ao Pai no Santo Sacrifício. Poderíamos repetir as preposições usadas a respeito da participação na oblação: oferecemo-nos *com* Cristo, por uma união de sentimentos e somos oferecidos *pelo* Cristo, na medida em que somos membros da única Vítima.

À consideração dessa suma dignidade de batizados o Santo Padre nos convida: "Advirtam, pois, os fiéis a que dignidade os elevou o batismo e não se contentem em participar do Sacrifício Eucarístico como aquela intenção geral que convém aos membros do Cristo e filhos da Igreja, mas, em virtude das razões da Sagrada Liturgia, espontânea e estreitamente unidos ao Sumo Sacerdote e ao seu ministro na terra, com Êle se identifiquem de modo todo particular no momento em que se realiza a consagração da Divina Hóstia e a ofereçam com Êle quando são pronunciadas aquelas palavras solenes: Por Êle, com Êle e nÊle, a Ti Deus padre onipotente, em união com o Espírito Santo seja tôda a honra e glória por todos os séculos dos séculos. A essas palavras o povo responde: Amen. Nem se esqueçam os cristãos de se oferecerem a si mesmo com as suas preocupações, dores, angústias, misérias e necessidades, juntamente com a Cabeça fixada na Cruz (Pág. 72).

\* \* \*

Examinada assim brevemente em que consiste a participação do leigo no sacerdócio do Cristo e ao lado disso no Cristo vítima por êsse ato central da litúrgia, poderíamos tentar responder a pergunta que deixamos um pouco em suspenso: será o leigo um sacerdote?

Se a premissa do P. de La Taille fôsse verdadeira — Sacrifício e sacerdote — a nossa resposta teria que ser afirmativa. Pois não só em virtudes dos textos do ordinário da Missa — a forma plural, *offerimus*, *unde et memores etc.* — mas pela própria união com o sacerdote se torna evidente que os fiéis oferecem a seu modo o sacrifício. Entretanto, essa premissa não é rigorosamente certa. A oblação do sacrifício é o ato principal do sacerdote — *in sacrificio offerendo potissime sacerdotis consistit officium* (S.T. III, 22, IV. s.c.), mas não é o



seu único especificativo. O que especifica o sacerdócio é a mediação, não a mediação participada nos seus frutos — essa inegualavelmente pertence aos leigos, mas a mediação exercida. Tal mediação em sentido próprio não é exercida pelo leigo. “Por participarem os fiéis do Sacrifício eucarístico não se segue tenham êles o poder sacerdotal” (pág. 61). Falta-lhe a função medianeira: “O povo ... não é medianeiro entre si mesmo e Deus, conseqüentemente de nenhum modo goza do do direito sacerdotal (pág. 63).

Não quero, entretanto, que vos pareça que venho negar-vos um título de vossa glória. O que nos confere títulos de glória é a vida divina em nós, é a graça que nos faz consortes da natureza divina. O que é importante é tomar parte nos benefícios do sacerdócio, é ser participantes das riquezas inefáveis que Deus quis depositar em nossa alma. Importante nesta questão, como bem mostra D. Capelle não é atribuir a todos o munus sacerdotal, mas reconhecer a nossa condição de membros, como membros e precisamente por ser membros, as nossas funções se diversificam, mas a nossa dignidade é a mesma, é estar enxertados no Cristo, é formar com Êle um corpo. O nosso título de glória é a Caridade — a caridade de Deus difundida em nossos corações — que nos torna um em Cristo, como Êle é um com o Pai. Êsse é o patrimônio comum de todos os membros. Para atingi-lo é que formamos um corpo, atingindo-o é que somos plenamente um corpo. É preciso, entretanto, que não nos esqueçamos que a variedade é para o corpo uma riqueza. *Si totum corpus oculus, ubi auditus? Si totum auditus, ubi odoratus?... Quod si essent omnia unum membrum, ubi corpus?* (1 Cor. XII, 17 sg.)

É êsse o cuidado de nossa Encíclica. Ela não pretende negar que só possa falar em um certo sacerdócio leigo, mas indicar que não é êsse o melhor meio de por em evidência a dignidade do leigo no Corpo do Cristo. O leigo é um membro, com função própria. Explicá-la apelando para um nome que propriamente pertence a outra função é de certo modo diminuir-lo e, sobretudo, é cobrir com uma sombra a riqueza multiforme do corpo.



## III — O LOUVOR DIVINO

É chegado o momento de começar a tratar do 3.º ponto alto de nossa Encíclica: o Ofício Divino. O Mediator Dei et hominum, pontifex magnus qui penetravit caelos, Jesus Filius Dei opera a sua obra central no Sacrifício Eucarístico. O céu e a terra se unem nesse medianeiro unido hipostaticamente à Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. A Eternidade e o tempo se encontram nesse hoje permanente da oblação da vítima divina.

Vivemos já a eternidade — *vita nostra abscondita est cum Christo in Deo* — Vivemos, porém, a eternidade em esperança e na sombra do mistério. O tempo continua a ser o companheiro inseparável de nossa vida terrena. Conquistamos uma Pátria por direito, mas continuamos a ser peregrinos; somos *cives sanctorum et domestici Dei*, mas sentimos o peso de quem caminha em terra estranha.

“É preciso remir o tempo”, nos diz S. Paulo “porque os dias são maus”. É preciso que façamos a cada momento, servindo do Mediador entre Deus e os homens a ligação do tempo com a Eternidade. “É preciso remir o tempo, porque os dias são maus”. Porque são maus os dias? Porque é um caminho que foi desviado do seu termo, por uma grande tempestade. O tempo tem uma única finalidade: lucrar o que não é tempo, ganhar o eterno. O pecado fez de nossos dias um caminho para a morte. Por isso os dias são maus é preciso remi-los.

Meus caros amigos, eu não encontraria outro meio de vos introduzir no sentido do Ofício Divino sem dizer-vos que ele é essa remissão do tempo. O Ofício Divino é essa prolongação do sacerdócio do Cristo que vai unir os últimos segundos de nossa vida à paz da Eternidade. Mas o próprio Santo Padre assim nos introduz na consideração do Ofício Divino.

“A melhor forma e disposição da vida cristã consiste em que o indivíduo esteja intimamente -e sempre unido a Deus. E por isso o culto prestado pela Igreja a Deus, e que se funda principalmente sobre



o sacrifício eucarístico e uso dos Sacramentos, é ordenado e organizado de modo a abraçar, pelo Ofício Divino, as horas do dia, as semanas, todo o curso do ano e atingir todos os tempos e as várias condições da vida humana". (Pág. 91)

Os antigos viam bem essa união do Ofício Divino com o Sacrifício. Na própria Escritura Santa que constitui a base do Ofício viam eles de certo modo uma continuação da Incarnação.

Diz Orígenes: "Bebemos, pois, o Sangue do Cristo não só no rito do Sacramento, mas também quando recebemos as suas palavras". E São Jerônimo repete a mesma idéia comentando o mandamento do Senhor — "quem não comer da minha carne e não beber do meu sangue" — que não só pode ser entendido em relação ao Mistério Eucarístico, mas também das Escrituras "porque é verdadeiramente Corpo do Cristo a Palavra da Escritura".

Mais alto ainda e mais diretamente sobre os Ofícios Divinos nos fala o Apóstolo colocando o canto dos Salmos e dos hinos espirituais — que para S. Bento é a atividade principal do monge, *nihil operi Dei praeponatur* — em estrita conexão com o batismo, com a nossa ressurreição com Cristo:

"Se ressuscitastes em Cristo, procurai as coisas que são do alto, onde o Cristo está assentado à direita de Deus, apetecei as coisas do alto e não os da terra. Porque estais mortos e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus". (Col. III, 1-3)

Consequentemente deveis:

De um lado — negativamente — mortificar os vossos membros terrenos — *mortificati membra vestra, quae sunt super terram*. (Col. III, 5)

De outro lado — positivamente — vestir o novo homem, vestindo-vos das suas virtudes, entre as quais sobressai a Caridade que é o vínculo da perfeição. A paz de Cristo exulte em vossos corações. (Cf. Col. III, 10-15)



Finalmente, como que brotando dessa trilogia — Caritas, gaudium e pax e fortalecendo-a:

"O Verbo de Cristo habite em vós abundantemente, em tôda a sabedoria, ensinando-vos e advertindo-vos entre vós, por salmos, hinos e cânticos espirituais cantando na graça, em vossos corações para Deus". (Col. III, 16, 17).

O canto dos salmos, hinos é pois, uma atividade do batizado. Não foi ao monge apenas que foi dirigido o preceito: *Sine intermissione orate*" ou "*oportet sempre orare et non deficere*". Porque não é só para nós que os dias são maus e que é necessário remi-los.

E é a todos que o Apóstolo diz:

"Cuidai, pois, irmãos, de vos conduzir santamente, não como insensatos, mas como sábios, remindo o tempo, porque os dias são máus. Por isso não sejais imprudentes, mas bons conhecedores da vontade de Deus. Não vos embriagueis com o vinho, que é a fonte da luxúria; mas enchei-vos do Espírito Santo, entretendo-vos uns aos outros com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e salmodiando ao Senhor nos vossos corações, rendendo sempre graças por tudo a Deus Pai, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo". (Ef. V, 15-20)

Eis porque a nossa Encíclica quer recolocar em vossas mãos o Saltério. Ela não diz que isso é indispensável para a vossa salvação, mas que é um tesouro que vos pertence e que é muito conveniente que aproveiteis. É a cítara de ouro que vos é oferecida, e a oferta, ainda que saibas tirar belos acordes da flauta agreste não é desprezível. "O que chamamos de "Ofício Divino", diz a Encíclica, "é a oração do Corpo Místico de Jesus Cristo, que em nome de todos os cristãos e para benefício dêles é apresentada a Deus, quando feita pelos sacerdotes e outros ministros da Igreja e pelos religiosos para tal fim pela autoridade da própria Igreja delegados (Pág. 93).

Apesar disso, a Encíclica constata que nos primeiros tempos os cristãos eram assíduos em assistir a essas orações ca-



nônicas, hoje, porém a sua recitação pelos leigos caiu em desuso. Sòmente o clero e os religiosos têm hoje *obrigação* de recitar o ofício. Nada é prescrito em direito estrito aos leigos. “E contudo”, continua a Encíclica para desejar que os leigos participem ativamente, recitando a cantando, nos dias de festa, do ofício de Vésperas que se celebrem na própria Paróquia. Recomendamo-vos encarecidamente, veneráveis irmãos, a vós e a vossos fiéis a não permitirdes que desapareça êsse piedoso costume onde exista, e onde deixou de existir, seja quanto possível reavivado, o que há de trazer, por certo, frutos salutareos, se os louvores vespertinos forem resolvidos não apenas com dignidade e beleza mas de jeito a estimularem de vários modos suavemente a piedade dos fiéis” (Pág. 96).

Êsse convite aos fiéis a que tomem parte no Ofício Divino termina com uma citação de Agostinho que revela vivamente um amor pelo saltério, que não temos mais e que é preciso restaurar.

“Quanto chorei”, diz Agostinho, “por ocasião dos hinos e cânticos, profundamente comovido pelas vozes suaves de tua Igreja cantante! Aquelas vozes ressoavam nos meus ouvidos e a verdade jorrava para dentro do meu coração e dali saía a arder o afeto da piedade e corriam as lágrimas, e sentia-me bem” (Pág. 98).

Não creio que todos sejam capazes de sentir as lágrimas brotarem de seus olhos ao canto do salmo, embora S. Basílio nos diga que até dos corações de pedra êle as faz jorrar, mas todos podem reconhecer emocionados essa “voz da Igreja”, essas palavras do Espírito Santo, entregues a nós, para que soubessemos louvar a Deus dignamente. Os Apóstolos reconheciam a nossa insuficiência para rezar — “não sabemos orar como convém” (Rom. VIII, 26) — e pediam ao Senhor que os ensinassem. Temos aí o Espírito Santo falando por nós, restando-nos apenas adaptar a nossa mente a nossa voz.

Bem sei que na vida agitada dos nossos dias, o leigo não conseguirá, ou difficilmente conseguirá fazer do Breviário a sua oração. Mas por isso é mais premente para êle o cuidado para



que ore sem cessar. Sine intermissione orate — Santificando com a vossa voz — Voz da Igreja — as horas, o dia, o ano, se for possível, mas ao menos conservai em vossos corações o desejo de oração que é a sua raiz. É de Santo Agostinho que nos vem este conselho:

“Diante de Ti está todo o meu desejo (Ante omne desiderium meum Ps. 37). Não diante dos homens, que não podem ver o coração, mas diante de Ti está todo o meu desejo. Se o teu desejo está diante d’Ele, o Pai, que vê o oculto, dar-te-á. O teu desejo é a tua oração; e se continuo o desejo continua a oração. Não foi sem razão que o Apóstolo disse — orai sem interrupção. Por acaso sem interrupção ajoelhamo-nos, prosternamo-nos ou erguemos nossas mãos, para que se diga sem interrupção, orai? Se assim consideramos a nossa oração, penso que não podemos fazê-lo sem interrupção. Outra, interior é a oração que não cessa — é o desejo. Seja o que for que fazemos, se desejamos aquêlê repouso, não cessamos de orar. Se não queres interromper a oração não deixes de desejar. O teu contínuo desejo é a tua voz contínua. Calarás se parares de amar. Quais foram os que se calaram? Aqueles dos quais foi dito: porque abundou a iniquidade, esfriou, a caridade de muitos” (Math. XXIV, 12). O frio da Caridade é o silêncio do coração; o calor da caridade é o clamor do coração. Se sempre permanece a Caridade, sempre clamas: se sempre clamas, sempre desejas; se sempre desejas, meditarás o repouso”.

Noutro lugar diz o mesmo Agostinho:

“Na fé, na Esperança e na Caridade, por um desejo contínuo sempre oramos. Mas em certos intervalos do tempo e das horas, rezamos também com palavras, a fim de que por êstes sinais advirtamos a nós mesmo e conheçamos quanto progredimos no



desejo e nos excitemos a aumentá-lo... Pelas palavras do Apóstolo — *sine intermissione orate* — que outra coisa significa senão “desejai sem interrupção a vida beata”.

Pelo desejo, devemos estar continuamente em oração, pelo desejo, devemos remir cada momento de nossa vida. As vezes, porém, é preciso que êsse desejo seja expresso por palavras. É a nossa natureza humana que o exige: a nossa oração não seria suficientemente humana se fôsse apenas interior, se não se corporificasse às vêzes, em palavras. De outro lado, não saberíamos que rezar se o próprio Senhor não nos ensinasse, se o Espírito Santo não nos desse a sua Palavra. A nossa oração é um dom de Deus. “O Verbo Divino”, diz a Encíclica, “assumindo a natureza humana, trouxe a esta terra de exílio, aquêle hino que na côrte celeste se canta eternamente. Êle unê a si a comunidade inteira da humanidade e a reune si no canto dêsse hino de louvor. “Não sabemos rezar como convem”, somos obrigados a confessar humildemente, “mas o próprio Espírito reza por nós com gemidos inenarráveis” (Pág. 93).

De que maneira poderíamos melhor remir os nossos dias que por uma oração que já pertence à eternidade? Remir o tempo e antecipar a eternidade são os dois aspectos da riqueza do louvor divino.

Um dos grandes títulos de glória dos monges é viverem na terra uma vida angélica. *Sunt sicut angeli Dei, nec nubent nec nubentur* (Marc. 12,25). Não só por isso são como os anjos, mais ainda porque possuem uma atividade angélica, que é o louvor divino. Os anjos estão continuamente em face do Altíssimo cantando o *Sanctus, Sanctus, Sanctus*. Aqui na terra, nós nos associamos a êles, iniciando desde já êsse louvor perene que será a nossa alegria e a nossa glória na vida futura. Antecipamos a eternidade, trazemos a eternidade para a terra, em outras palavras, remimos o tempo. Os dias se tornam bons para nós, porque os inserimos na eternidade, porque os transformamos na eternidade. Os nossos caminhos



se tornam retos. Somos ainda peregrinos, mas já antegozamos as alegrias da Pátria.

A nossa vida está realmente escondida com Cristo em Deus.

\* \* \*

Eu vos prometi, ao iniciar, que não viria entoar diante de vós um canto de triunfo. Não posso, entretanto, silenciar as minhas esperanças. Sei que muitos encontrarão na Encíclica quase só advertências aos propugnadores do movimento litúrgico. As advertências existem sem dúvida e nós as queremos receber como filhos. A Encíclica, porém, tem outra amplitude. Por isso mesmo são grandes as minhas esperanças. Como nota D. Beaudouin, a liturgia até agora sub-estimada, depreciada às vezes, vivendo como que clandestinamente, a custa de certos audaciosos vanguardeiros, é hoje assumida pela Igreja, num documento, palpitante de ardor apostólico. A minha esperança é que se faça ouvir doravante a trombeta de Sião, como quer o Santo Padre.

"Nunca vos abata", diz Pio XII aos seus bispos, "o ânimo por causa das dificuldades que surjem, nunca diminua a vossa vigilância pastoral. Fazei ressoar a trombeta de Sião ... conclamai a igreja, reuni o povo, santificai a comunidade, juntai os anciãos, trazei as crianças, e os que ainda se amamentam; fazei por todos os meios que em tôda parte as igrejas se encham e os altares sejam cercados de fiéis, que como membros vivos, unidos a sua divina cabeça, se fortifiquem com as graças dos sacramentos e juntamente com Êle e por Êle celebrem o augusto Sacrficio e apresentem ao Eterno os louvores que lhe são devidos".

Deus nos guie e seja propício às nossas esperanças.



## **Atitude do cristão em face do materialismo comunista<sup>(\*)</sup>**

FR. JOÃO BATISTA PEREIRA DOS SANTOS, O.P.

É um fato que em nossos dias, mais do que pelas épocas passadas, os homens se dividem em dois grandes campos, irredutivelmente opostos. De um lado os que crêem no espírito, os que reconhecem e adoram um Deus eterno e criador, e acreditam no destino supra-terrestre do homem. São os espiritualistas. Do outro lado os que só reconhecem a matéria. Negam a existência de Deus e estimam que o espírito do homem não é mais do que o estágio final das coisas materiais, é a matéria chegada à sua extrema perfeição. Estes são os materialistas.

Desde que há homens sobre a terra sempre houve entre eles espiritualistas e materialistas. Não só no século passado é que, graças aos progressos do maquinismo criador do proletariado industrial, o materialismo conseguiu corporificar-se num sistema homogêneo capaz de apresentar-se às massas humanas como um ideal, como uma explicação do homem e do universo, como uma religião da humanidade em marcha. Chamou-se ele então materialismo dialético. É o sistema de idéias ou a filosofia do Comunismo ateu.

Embora seja errado afirmar que as massas humanas nos países sob domínio comunista já se tornaram materialistas em sua totalidade, não erra quem afirma que elas caminham rapidamente para isso. E mesmo nos países ainda não domi-

---

(\*) Sermão pregado na Basílica de N. S. Aparecida, a 9 de outubro de 1948, por ocasião da Romaria Nacional do Rosário organizada pelos Dominicanos.



nados pela Foice e o Martelo, a própria organização da sociedade e sobretudo do trabalho nas fábricas e nos campos pre-dispõem os homens para o Credo materialista.

Vale dizer que nós católicos, seja qual for o grau de nossa cultura, seja qual for a nossa posição na sociedade, temos que saber o que pensar e como proceder quando a Providência nos coloca em face de um adepto do Credo Comunista.

Digamos primeiro o que não devemos fazer.

1.º — Não devemos esquecer um só instante de que somos espiritualistas. Reconhecendo a existência do espírito, temos que dar preferência às forças do espírito mais do que às forças da matéria. O católico portanto que deseja ou que reza para que a bomba atômica esfacele as nações do bloco comunista merece aquela advertência severa dirigida por Cristo aos dois apóstolos que lhe pediam fizesse descer o fogo do céu sobre as cidades que o haviam repellido: "Não sabeis de que espírito sois". As armas com que devemos lutar contra o materialismo não são as mesmas que ele usa contra nós.

2.º — Não temos o direito de usar da mentira, nem mesmo de negar ou desconhecer a verdade. Muito do que o Comunismo diz no tocante à exploração do homem pelo Capitalismo industrial e financeiro é a pura verdade e a Igreja antes dê-lo afirmou e condenou essa exploração.

"A Igreja não pode ignorar nem furtar-se à evidência de que o operário, em seu esforço para melhorar sua condição, esbarra com um sistema social que, longe de se conformar com a natureza, se opõe à ordem estabelecida por Deus e ao fim por ele estatuído aos bens da terra."

Estas palavras não são de nenhum cripto-comunista. São pura e simplesmente do Papa Pio XII, em mensagem recente a todos os católicos. O católico portanto que, pensando defender a Igreja, e o direito de propriedade, defende antes de tudo os privilégios injustos de uma classe, em realidade prepara o campo para o Comunismo.

"Ai de quem esquece que uma verdadeira sociedade nacional exige uma justa e conveniente repartição de todos os bens da terra." Ainda uma vez, estas palavras não são de



nenhum cripto-comunista, são simplesmente do Papa Pio XII em discurso pronunciado a 13 de junho de 1943 aos trabalhadores italianos sobre a questão social.

3.º — Não temos o direito de odiar as pessoas sob o pretexto de extinguir o erro que nelas reside. “Eu estou pronto para lavar as mãos no sangue dos comunistas”, me disse um católico lá no Rio, católico de comunhão diária. Ó ironia! Eu vos deixo pensar se este homem é melhor ou pior do que os comunistas que ele assim odeia.

De católicos desta marca a Igreja não precisa.

4.º — Enfim não temos o direito de bradar contra o materialismo comunista se na nossa vida prática nos conduzirmos como perfeitos materialistas. Ora, isso é o que se vê a cada passo. Há certos católicos endinheirados que temem a revolução comunista porque ela os despojará de seus grandes cabedais, mas em vez de usar de suas posses como quer a Providência as utilizam exclusivamente para levar uma vida bem egoísta e gosadora. A esses convém lembrar a doutrina da Igreja sobre a posse e o uso das riquezas.

O homem tem direito àquilo que é necessário à sua subsistência e à subsistência dos seus e àquilo que convem à sua posição na sociedade. Tudo o mais, tudo o que sobra depois de satisfeitas essas exigências e essas conveniências, não lhe pertence de direito absoluto: são bens que Deus lhe confia para serem *administrados* em proveito dos que nada têm. Isto são verdades duras, de se ouvir e mais duras ainda de se praticar. Não é atoa que Cristo disse no Evangelho que o rico dificilmente se salva. E hoje isso é mais verdade do que outrora.

Para que tudo fique bem claro, citemos mais uma vez as palavras do Representante de Cristo: “Um fim para o qual podeis e deveis todos caminhar é o que tende para uma justa distribuição das riquezas. Sem dúvida a própria natureza exige que os bens da terra sejam em certos limites desigualmente distribuídos. Mas a Igreja se opõe à acumulação destes bens nas mãos de um número relativamente pequeno de ricos enquanto camadas vastíssimas do povo se vêem conde-



nadas a um pauperismo e a uma condição econômica indigna de seres humano. Uma mais justa distribuição das riquezas é pois um bem social elevado, digno dos nossos esforços.”

Pela terceira vez, estas palavras não são de nenhum cripto-comunista. São do Papa Pio XII aos homens da A.C. italiana, pronunciadas a 7 de setembro de 1947.

Para quem sabe ler ou para quem sabe ouvir que significam tôdas essas mensagens da Suprema Autoridade da Igreja senão que a Igreja não se solidariza com os graves erros da sociedade capitalista? Que significam essas palavras senão que a Igreja preconiza uma transformação radical das estruturas desta sociedade que são a causa e a explicação do próprio comunismo? Só quem é muito ingênuo é que ignora que o comunismo é um filho espúrio do capitalismo. Só quem é muito ignorante é que pode proclamar a Igreja solidária com os destinos das nações capitalistas. A Igreja não é solidária de nação nenhuma. (1) As nações capitalistas podem ruir como as nações comunistas podem vir abaixo sem que a Igreja sequer estremeça em sua base eterna. A sua base é Cristo. E Cristo veio ao mundo e fundou a Igreja para que todos os homens possam amar-se como irmãos, para que a justiça e a caridade reinem entre êles todos.

Vimos até agora o que o cristão não deve fazer na sua luta contra o materialista, ou melhor contra o materialismo. Vejamos agora o que êle deve fazer. O que devemos fazer? É muito simples. É só abrir o Evangelho. Jesus Cristo no-lo diz com a maior clareza.

Vós sois o sal da terra.

Vós sois a luz do mundo.

Vós sois o fermento das massas.

1.º — *O sal da terra* — O cristianismo que firma entre Deus e o homem relações das mais íntimas, nem por isso deve ser chamado uma religião individualista. Cristo não se une a

---

(1) O S. Padre Pio XII fêz ver isso ao mundo inteiro quando, há poucos meses, em resposta a uma carta do Presidente Truman, recusou unir-se às nações do chamado bloco ocidental numa “cruzada contra o Comunismo.”



nós isoladamente. Ele vem a nós por sua Igreja. Foi por terem rejeitado a Igreja que os Protestantes acabaram no individualismo mais completo, hoje apontado como a causa principal do esfacelamento da comunidade humana: do individualismo na religião era só dar mais um passo para descer ao individualismo na vida social e econômica. O liberalismo econômico é filho do individualismo religioso.

Nada mais contrário ao espírito e à letra do Evangelho do que pretender que a religião ensinada por Cristo é uma religião puramente individualista; cada qual se salva por seu lado sem se preocupar com os outros, cada qual crê e pratica de seu lado sem se inquietar com o que crêem e praticam os seus irmãos. Cristo pregou justamente o contrário. Ninguém se salva a não ser na barca da Igreja com os outros. O cristão crê e professa o que crê a Igreja, o que crêem todos juntos. As imagens de que ele se serve para nos descrever o Reino dos céus, ou seu Reino na terra, exprimem tôdas elas uma felicidade coletiva, uma salvação coletiva.

Assumindo a natureza humana, o Filho de Deus veio salvar o mundo inteiro. A ação que temos de exercer em torno de nós consiste pois em estender a Incarnação, em fazer com que cada vez maior número de homens se unam a Cristo e sejam divinizados por Ele. É o que se chama cristianizar o mundo. Como o mundo nunca cessa de crescer e evoluir, a nova ação cristianizadora nunca pode cessar.

Nosso Senhor espera de seus adeptos que eles exerçam no meio do mundo a função do sal. O sal preserva os alimentos da corrupção e os torna agradáveis ao paladar. Assim os cristãos depois de lutarem contra o pecado do mundo, extirpando-o da alma dos homens, devem ainda os tornar melhores. Como o sal é feito para salgar e melhorar, o cristão é feito para cristianizar, para preservar e elevar. O Reino de Deus ele só o recebe e compreende se o propagar em torno de si.

Nosso Senhor encara a hipótese do cristão individualista que pensa ser cristão enquanto se desinteressa totalmente do reino de Deus e de sua justiça neste mundo. É em termos absolutos que Nosso Senhor condena esse falso cristianismo.



Se o sal perder a sua virtude com que se há de salgar? Se nós que nos pretendemos cristãos passamos a vida tôda sem que ninguém dê por isso, se a vista do pecado do mundo não nos causa uma dor intensa, se os crimes contra a dignidade do homem e sobretudo contra a dignidade do trabalhador nos deixam indiferentes, é que já somos o sal que se tornou insípido.

Na hora atual todo o mundo se espanta com o espetáculo das massas populares conquistadas ou ameaçadas de o serem pelo materialismo ateu comunista. Estará a nossa responsabilidade a salvo só porque afirmamos que as multidões se deixam enganar e dominar por uns quantos agitadores subornados pelo dinheiro estrangeiro?

É fácil demais lançar a totalidade da culpa sôbre os agitadores. É muito mais sincero e verdadeiro afirmar que o comunismo não pega no seio de uma civilização realmente cristã. Quando o sal perde a sua virtude, quando os cristãos deixam de ser cristãos e de cristianizar as instituições e o meio social e econômico em que vivem, o comunismo não precisa de agitadores para propagar-se. “Para compreender a facilidade com que o comunismo é aceito pelas massas operárias — diz Pio XI na “*Divini Redemptoris*” — é preciso lembrar que os trabalhadores já estavam preparados para a sua propagação pelo abandono em que foram deixados pelo capitalismo liberal, pelas classes dirigentes.”

E procurando outras causas explicativas do êrro comunista o Papa cita “a duplicidade de consciência de homens em aparência fiéis ao Cristianismo mas levando no trabalho, na indústria ou no comércio, uma vida incompatível com as exigências da justiça e da caridade cristãs.”

E o Papa não hesita em continuar: “é infelizmente exato que certas práticas admitidas em certos meios católicos contribuem para abalar a confiança dos trabalhadores na religião de Jesus Cristo.”

Se os que se dizem católicos procedem na vida pública como autênticos materialistas, com que direito se erguem para combater o comunismo? Os pobres, os humildes que sofrem



o pêso das injustiças sociais, só podem pensar que êsse zêlo inflamado pela defesa dos princípios cristãos não faz mais que encobrir a defesa de certos interesses inconfessáveis. Enquanto a sociedade não for realmente cristã, será inútil a sua luta contra o comunismo. Pois, que adianta fechar o Partido Comunista se o Govêrno, as classes dirigentes, ou seja os responsáveis pelo destino do país, continuam a tolerar por exemplo que os cavalos do Jockey Clube sejam mais bem nutridos e melhor alojados que os moradores das favelas e dos mocambos, que digo, do que as 3/5 partes da nossa população? O melhor, o único meio de lutar contra o comunismo é lutar contra a miséria que o explica. É se interessar pelo homem que trabalha e não pelo dinheiro que o seu trabalho gera.

Nós cristãos a quem Cristo confiou a salvação eterna e a felicidade temporal de nossos irmãos, sejamos o sal da terra. Deitemos sal nas feridas da nossa sociedade. Não tenhamos medo de lhe dizer verdades que lhe dêam, mesmo que ela nos trate, como sempre faz, de cripto-comunistas. Se o sal perder a sua virtude, isto é, se por preguiça ou covardia deixamos de ser cristãos, então a corrupção da sociedade será total e o mundo se converterá de vez ao Credo comunista.

Vós sois o sal da terra. Que tremenda responsabilidade. Mas Cristo nos diz também.

2.º — *Vós sois a luz do mundo* — A influência do cristão no mundo não se limita exclusivamente ao proselitismo religioso. É legítimo e até mesmo necessário que ela se exerça em todos os domínios da atividade humana: econômico, social, profissional, político. Em todos êsses domínios o Cristão deve ser testemunha da Verdade. Qualquer que seja o meio em que vivemos, antes mesmo de termos a ocasião de pronunciar o nome de Jesus Cristo, devemos levar a sua doutrina e o seu seu espírito pela simples irradiação das virtudes cristãs. O Reino de Deus se estenderá sôbre a terra graças aos grupos cristãos em que a luz do Evangelho é colocada sôbre o candélabro e não debaixo da alqueire. “Que a vossa luz brilhe para que os que estão fora entrem e vejam a luz”.



Não seremos cristãos se reservamos a nossa luz só para nós, se não sairmos para alumiar o caminho que trilham os nossos irmãos separados ou perdidos na escuridão da noite.

Mas no espírito de alguns poderá surgir uma dúvida. Será que os nossos exemplos de cristãos, perdidos numa massa pagã ou semipagã, serão mais que simples gestos isolados? Terão êles fôrça bastante para quebrar a onda de paganismo que submerge o mundo?

É ainda o próprio Cristo que dissipa as nossas dúvidas ao comparar a nossa ação ao fermento que leveda a massa.

3.º — *Vós sois o fermento* — Jesus é o fermento divino que regenera continuamente as almas e o mundo. E é êle afinal de contas que nós temos missão de levar ao mundo.

A comparação da luz representa a nossa ação individual no vai e vem de cada dia. Na parábola do fermento Nosso Senhor caracteriza a ação coletiva de seus discípulos.

De um lado vemos a massa que é imensa: são milhões de almas humanas materializadas e embrutecidas. Do outro lado um punhado de discípulos. E é essa minoria de cristãos — disseminada na massa infiel — que deve leveda-la mediante sua ação metódica. Em vez de fugir do mundo, de se retirar da sociedade para levar uma vida individualista, o Cristão deve se misturar com o mundo para transformá-lo aos poucos. A A.C. tão recomendada pelos últimos Papas afinal é isso. Se o mundo é hoje mais materialista e pagão do que nunca é porque os cristãos se retiraram dele. Pensaram que o melhor que tinham a fazer era fugir para o deserto, retirando-se da vida social, econômica e política. E agora que vêem que tudo ficou pior, em vez de se acusarem a si próprios, acusam os inimigos e, em vez de voltarem à ofensiva, se resignam à derrota abandonando-se a Deus como êles dizem.

A todos nós Cristo dirige hoje um apêlo. Eu vos escolhi e dispus no lugar que ocupais — diz êle — a fim de que produzais frutos e êsses frutos permaneçam. A massa se perde? Salvai-a. Ela se corrompe? Preservai-a. Ela é cega? Esclarecei-a. Ela é mole e amorfa? Levantai-a como o fermento levanta a massa.



Jesus Cristo nos salvou de nós mesmos. Ele nos comunica a Verdade que nos liberta.

Seguidores da Verdade Eterna, nós não nos apegamos às vantagens da organização social de ontem como tão pouco temos as transformações econômicas de amanhã. Nós só queremos uma coisa: salvar nossos irmãos, sejam eles vermelhos ou brancos, adversários ou simpatizantes. A todos devemos ensinar os valores que condicionam o verdadeiro progresso humano.

Sejamos cristãos na nossa luta contra os adversários, contra os comunistas ou os ateus materialistas. Não esqueçamos de que eles são homens como nós. É impossível que num homem por mais errado que seja, não haja qualquer coisa de nobre, de bom e belo, algum reflexo embora apagado daquele que o criou.

Não cometamos a injustiça de dizer que todos os comunistas, todos os ateus, todos os materialistas, são uns bandidos que só querem espalhar sangue, suor e lágrimas pelo mundo.

Há entre os comunistas muitos que são sinceros. Desejam ardentemente transformar ou suprimir as condições injustas que pesam sobre as classes proletárias. O mal deles é querer fazer esta transformação sem Deus. Nós cristãos só temos um meio de vencer os comunistas: é ser mais revolucionários do que eles. Revolucionários, no bom sentido da transformação da sociedade que os Papas não cessam de proclamar inadiável.

Só nós cristãos é que podemos criar um novo mundo, porque só nós é que podemos infundir no mundo um sangue novo.

Qual é esse sangue? É o sangue dos comunistas? É o sangue dos materialistas? É o sangue dos inimigos da Igreja? Não. É o sangue de Cristo que circula em nossas veias de batizados e de comungantes.



# O homem que virou gente

CARLOS PINTO ALVES

*(Carlos Pinto Alves completou cinquenta anos. Muitos os têm feito, com alegria ou com melancolia... Ele os comemorou, não com cinquenta velas em um bolo, mas com uma só vela acesa no altar, em ação de graças pela graça que há poucos anos alcançou de lhe permitir hoje, entrar, na segunda parte da vida, "na comunidade de Cristo".*

*Esse poema de amor e de louvor é que "A Ordem" tem o prazer de publicar, como revelação de um poeta a mais, na verdadeira poesia em Cristo!*

*Com os nossos votos "ad multos annos"!)*

O homem intelectual cuja inteligência não penetra o fundo das cousas; o homem intelectual e sensual, cuja inteligência abraça o contôrno das causas e descobre a sua imperfeição superficial.

O homem inteligente que reduz tudo a fórmulas, e que grita contra a vida porque ela foge à sua fórmula.

O homem esteta, à procura de uma beleza que lhe escapa, e que lhe escapará sempre; porque a sua sensibilidade sempre prevenida e sempre excitada, perdeu a aptidão para receber a beleza.

O homem político, procurando organizar o mundo, em todos os seus pormenores, mas se esquecendo da Graça.

O homem religioso, fechado na sua torre, amando de dentro da sua torre, vendo tudo por cima de sua torre, orando do alto de sua torre.

O homem rico querendo passar um níquel pelo buraco de uma agulha para ganhar um reino.



O homem, o homem; sempre êle, o homem indivíduo, o homem exemplar único, o homem vítima, o homem salvador, o homem incompreendido.

O homem só, sem "você", sem o outro; auto suficiente, e miserável; cheio de si e vazio de Deus.

O homem que não tem fôrças para suportar as suas próprias fraquezas e os seus próprios pecados, e que se aflige com as fraquezas e com os pecados dos outros.

O homem sem unidade interior, e que se debate na multiplicidade criada pelo seu gesto.

O homem incapaz de vêr a realidade como Deus a fez; simples e bela como Deus a fez, e que procura evadir-se dessa realidade.

O homem, êsse eterno murmurador contra as cousas criadas, e contra a ordenação de tôdas as cousas no sentido de Deus.

Eterno burguês procurando refazer com as próprias mãos um mundo que Deus deixou incompleto e que redimiu incompletamente, segundo êle.

Procurando refazer um mundo, e instalar-se nêle.

Burguês, muita vez, pelo seu anti-burguesismo, pelo desejo de usar êle os seus métodos próprios, à sua própria maneira, na reconstrução do criado.

Burguês na sua revolta constante, na sua íntima insatisfação, no seu protesto de todos os momentos contra a paciência de Deus.

O homem com o seu coração de bronze, ou com o seu coração da paína, ou com o seu coração de esterco, ou com o seu coração de desejos, ou com o seu coração arapuca, ou com o seu coração de visgo.

O homem sem coração.

E o povo, a gente, a gatinha de Deus. Pobre, obscura, suada, submissa, quotidiana. Tôda a vida, à mesma hora, o mesmo ofício.

Cresce como planta, dá semente como planta, floresce como planta, morre como planta. Cada um parece carregar o pecado de todos.



Como o Cristo.

E que pobreza de espírito, que sede de justiça, que aflição, que doçura, que misericórdia, que coração puro e pacífico!

Como o Cristo.

Que aceitação de todo o criado; a natureza madrasta e irmã, a falta de chuva ou a inundação; o calor acabrunhante ou o frio; a filha que nasce, e a filha que morre, o filho que parte, e o filho que volta; a mulher que foge e a mulher grávida na cama.

Como o Cristo.

Não se revolta. Paciente e humilde como o Cristo.

É o corpo Místico do Cristo; é a cruz do Cristo carregada pela multidão.

É a Fé suspirando pela Esperança.

É o amor abraçando os corações de carne; pobres corações que não têm nada para dar, porque têm fome e sede de amor.

Corações vazios, onde Deus vai habitar.

\*

Virar gente, tornar-se comum, desindividualizar-se como a ovelha em um rebanho. Não ser nada, para ser como os outros, um entre os outros. Não ser ninguém para ser alguém aos olhos de Deus, para não ser diferente das criaturas de Deus.

Uma pessoa entre pessoas.

Uma criança entre crianças.

Uma alma entre almas,

Um pecador entre pecadores.

Um homem que virou gente.

A comunidade de Cristo.

São Francisco de Paula (Dobrada), 9 de Setembro de 1948.



# Visão Cristã do Temporal<sup>(\*)</sup>

GUSTAVO J. FRANCESCHI

“Teologia do Temporal” seria um título mais exato que o escolhido; nossos leitores verão porque. Adotando-se, porém, um ou outro título, ninguém se impressione mal receiando complexidades e sutilezas. Não pretendemos examinar o tema em todos os seus aspectos nem mesmo em toda sua profundidade, coisa, aliás, impossível num artigo de revista. Limitamo-nos a indicar sua existência e a assinalar o lamentável esquecimento em que muitos o deixam. Não passaremos de uma simples orientação doutrinária a qual, porém, parece-nos indispensável. Eis, em poucas palavras, o assunto de que trataremos; os que nos lerem compreenderão sua grande atualidade.

Antes de mais nada e seguindo um antigo costume, começaremos por algumas definições indispensáveis.

A teologia, como seu nome o diz e o consenso geral o admite, é, em síntese, e sem levar em conta precisões técnicas, a ciência que trata de Deus e do divino à luz da verdade revelada. Requer a colaboração de várias ciências auxiliares, desde a filosofia e a história até o estudo do mundo material e da psicologia individual e coletiva, mas tudo isso disposto, por assim dizer, em torno do Alfa e do Ômega, a Causa Primeira e o Fim último, que é Deus, conhecido pela luz que dêle jorra na ordem sobrenatural. Do *divino*, dissemos, isto é, não somente de Deus mesmo mas ainda de toda sua obra.

Se examinamos o tema em seu conjunto, observamos que, dependendo de Deus, podem estabelecer-se em sua ação e obra vários tipos de distinções que devemos levar em conta.

---

(\*) Traduzido da Revista “Criterio” de 9 de setembro de 1948.



Em primeiro lugar vejamos a distinção entre *eterno* e *temporal*. *Eterno* é o que existe ou se realiza fora do tempo, do transitório, do que tem um princípio e um fim; é aquilo que, ou pela própria natureza, ou por concessão divina, não desaparecerá nunca; é o estabilizado numa situação definitiva que supera todo limite de duração. *Temporal*, por outro lado, é o que tem começo e desenvolve sua existência inteira e total dentro das fronteiras de um tempo mais ou menos dilatado mas sempre finito; é o que aparece e depois se aniquila; o que nasce e morre; é o que admite um *será*, um *é* e um *foi*; é o que passa. O que dissemos é suficiente para esclarecer os dois conceitos no que diz respeito à questão a ser estudada.

Outra distinção não menos importante é a que se deve estabelecer entre *espiritual* e *material*. *Espiritual* é aquele ser e atividade que nem em sua origem, nem em sua existência, nem em suas manifestações específicas depende, muito ou pouco, da matéria, mas que é uma substância essencialmente desvinculada do tempo e do espaço, embora possa, em determinadas circunstâncias, fazer sentir sua ação nêsse terreno. O espírito é, por antonomásia, o próprio Deus. *Material* é aquele ser e atividade que acha sua expressão no que, por sua natureza, está ou no que pode estar ao alcance dos sentidos. É o mensurável no espaço e no tempo. Nesta categoria, do ponto de vista que aqui nos interessa, teremos de dar um lugar especial ao *carnal humano* animado pelo espírito, ou melhor, ao que compreende nosso corpo vivo e sua atividade própria.

Para terminar essas distinções que utilizaremos no presente artigo, lembraremos a que existe entre *natural* e *sobrenatural*. *Natural* é tudo que pertence à essência e às consequentes atividades próprias e características da natureza, ou seja, do conjunto dos seres animados ou inanimados, racionais ou irracionais que compõem a criação inteira, desde o mais inferior até o superior. *Sobrenatural*, ao contrário, é tudo quanto excede o essencial e o proporcional à natureza, aquilo que, seja por sua índole substancial, seja por sua atividade própria, é totalmente superior a ela; é o que é dom gratuito de Deus.



Estabelecidas essas distinções, as quais teremos constantemente sob os olhos para o que dissermos a seguir, entraremos diretamente no assunto previsto no título do nosso artigo.

\* \* \*

Deus é o criador de tudo que existe fora d'Ele, do temporal e daquilo que, por generosa concessão divina, participa de algum modo de sua eternidade; do espiritual e do material; do natural e do sobrenatural. Tudo é reflexo da perfeição divina, surgiu por Sua vontade, subsiste por Sua assistência. Conforme lemos no Gênese, à medida que o Onipotente criava os seres do nada louvava-os como bons e por isto os bendizia. O fato mesmo de *ser*, de possuir uma entidade positiva, já constitui um grau de bondade. Como vemos nos Salmos, nenhum ser criado deixa de cantar, segundo sua capacidade, "a glória de Deus", pois só pelo fato de existir já manifesta esta glória. Em cada página da Bíblia, desde as primeiras do Pentateuco às ultimas do Apocalipse, ouvimos ressoar o mesmo cântico. Como vimos, existe uma distinção entre eterno e tempòral, entre espiritual e material, entre sobrenatural e natural, *mas não existe oposição*. Tudo se organiza como uma imensa harmonia, sem ecos ou dissonâncias. São Paulo afirma que partindo-se da criação é possível chegar-se ao conhecimento do Criador, por isto, julga que não há desculpa para os pagãos que se recusaram a valer-se dessas realidades para chegar à Realidade Suprema. Existe uma evidente hierarquia de valores no conjunto dos seres criados. A natureza animada está acima da mineral, o espírito acima da matéria, o eterno acima do temporal, mas não há um só ser com valor exclusivamente negativo, isto é, um ser que seja mal sem mescla de bem. Onde podermos e devermos *preferir*, nessa escala, uns seres a outros, mas não podermos detestar, menosprezar, ou *deixar de lado sistematicamente*, nenhum deles. Tòda criação é passível de ser amada sob algum aspeto. Por outro lado, não nos é lícito, também, separar qualquer ser de sua fonte de perfeição



ou considerá-lo apenas em si mesmo omitindo-se o que constitui sua significação relativamente ao conjunto da criação e outorgando-lhe um valor absoluto, por assim dizer, como se êles fôsem a única origem de seu próprio ser.

Lembramo-nos de uma frase escrita há muitos anos pelo dramaturgo Henri Lavedan no "Le Duel": "O amor não é um sentimento profanado". Coisa semelhante poder-se-ia dizer de tôda a criação. O mal, ainda que às vêzes se nos apresente como positivo, em si não passa de uma negação. É esta negação que profana, que afasta a criação, sob alguns de seus aspectos, do sagrado. Para o cristão ela, sob todos os pontos de vista, apresenta-se como teocêntrica, isto é, como fundamentalmente ordenada em tôrno de Deus que é sua origem e fim "No grande corpo do mundo, diz São Gregório Magno (Moral V, 29), o murmúrio divino encontra, para chegar até nós, tantos canais quantas são as criaturas governadas pela própria Divindade. Por isto, quando contemplamos o criado, sentimo-nos elevados à admiração do Criador". Evidentemente isto não seria possível se alguma coisa fôsse má intrinsecamente. Eis uma das fontes, embora não a única, do que se chamou *teologia do temporal*, ou melhor, o estudo, não sòmente intelectual mas também afetivo, das relações das criaturas com o Criador ou com o homem redimido pelo Cristo, à luz da revelação sobrenatural.

Em nossos dias existem duas posições que se afastam da verdadeira norma cristã. A elas dedicaremos algumas linhas.

A primeira consiste em encarar as criaturas em si, prescindindo absolutamente de seu centro. Berdiaeff, em sua célebre "Hacia una nueva Edad Media", demonstrou amplamente como êste processo, iniciado no começo do Renascimento por alguns renascentistas, progrediu até os nossos dias convertendo-se na civilização contemporânea e antropocêntrica e chegando, paulatina e lògicamente, ao comunismo ateu. São as teses liberais, a separação da arte da moral, a afirmação de que a religião pertence à ordem puramente privada e nada tem a ver com a vida pública. É, praticamente, a exclusão de Deus



da vida coletiva. Sabemos que entre as denominações que a liturgia e a piedade popular grega empregam, há muitos séculos, para designar a sagrada pessoa de Cristo, figura em lugar de relêvo, a de *Pantocrator*, “o que tudo governa”. Seu equivalente latino encontra-se no dogma da realeza social de Jesus. Pois bem, a tendência a que nos referimos nega doutrínaria ou praticamente essa realeza, êsse govêrno universal. Segundo ela, Cristo é o Senhor soberano do céu, mas a terra pertence totalmente aos homens — não existe uma teologia do temporal. A incompatibilidade entre semelhante posição e o verdadeiro cristianismo impõe-se de modo evidente.

Outra atitude fundamentalmente distinta da primeira mas que, afinal, leva aos mesmos resultados, não doutrínarios mas práticos, é a de certos cristãos que transformaram em *oposições* as *distinções* a que antes nos referimos. Ela deu motivo às acusações que Jean Mouroux, em seu excelente volume, “*Sens chrétien de l’homme*”, resumiu do seguinte modo: “O cristão é o *homem do outro mundo*, por isto não se interessa por êste. Abandona e menospreza o que constitui o valor e a alegria da vida humana. O cristianismo é inimigo da beleza... vê a beleza dos rostos como um chamado perigoso. Desconfia da arte, acredita-a pagã e a sufoca com suas exigências morais; quando não se atreve a suprimi-la procura exorcizá-la hipocritamente. O cristianismo é inimigo da civilização; não ama o bem estar, considera o progresso material como uma fôrça de destruição e lamenta as novas facilidades que destróem as velhas tradições. No fundo é inimigo da alegria humana e, não tendo outro remédio senão aceitá-la, cerca-a de restrições, regulamentos e vigilâncias; quer se trate de esporte, de amizade ou de amor, concede, a contra gôsto, uma permissão eivada de conselhos, proibições e terrores. Sob o pretexto de amar a Deus detesta o mundo e quer induzir os demais e detestá-lo. Sendo assim, os cristãos que não se surpreendam com os outros homens dêste mundo que querem construir sua ordem temporal e organizar sua felicidade. Já que não consideram a terra senão como um vale de lágrimas e só pensam num Paraíso celeste, que nos deixem trabalhar no advento de um pa-



raiso na terra! Esta é uma obra bastante árdua, difícil e magnífica para encher uma vida humana — que os cristãos nos deixem salvar a nós mesmos”.

Tais acusações são essencialmente injustas quando se referem ao ensino oficial da Igreja. São igualmente injustas sempre que formuladas contra a *totalidade* dos cristãos, a lealdade, porém, nos obriga a reconhecer que são apenas exageradas se atribuídas, somente, a alguns cristãos que por suas expressões e atitudes parecem empenhados em justificá-las.

O número dos desvios e das críticas tornou-se tal que, como reação contrária, verificou-se em nossos dias o magnífico desenvolvimento da teologia do temporal que estamos presenciando e que tem sua expressão em todo um grupo de estudos aparecidos na França, Bélgica, Alemanha, Holanda, Suíça, Itália, etc.

Já mencionamos a obra de Mouroux, poderíamos citar, sem esgotar a lista, a *Théologie des réalités terrestres* de Gustavo Thils, *Plaidoyer pour le corps*, de V. Poucel, *Fondements d'une culture chrétienne*, de M. H. Davenson, *L'humanisme intégral* de J. Maritain, *Le drame de l'humanisme athée*, do P. H. de Lubac, S.J., *Théologie en sociologie* de W. N. Banning, certos trabalhos de Romano Guardini e até o interessantíssimo volume: *Christ et le temps*, do teólogo suíço e protestante Oscar Cullmann, que prova que em certos grupos de nossos irmãos separados existe uma preocupação semelhante à que domina os melhores católicos.

O cardinal van Roey, arcebispo de Malinas, numa pastoral sobre a vocação terrestre do cristão, citada por Thils, resume o problema nos seguintes termos: “O cristianismo é uma religião, quer dizer, estabelece, determina e organiza as relações naturais e sobrenaturais que unem o homem ao seu Criador e Redentor. É antes de tudo a afirmação da vocação universal dos homens ao Reino de Deus. Seu papel consiste em trazê-los todos à filiação divina, pela luz da fé, na verdade de Cristo. Sua ação essencial tende a manter e desenvolver o contato íntimo entre a humanidade e Deus, em conduzir os homens ao seu destino supraterrrestre e em proporcionar-lhes os meios ne-



cessários para alcançar este fim. Este é o aspecto essencial do catolicismo. Deve-se deduzir daí que o catolicismo não é senão algo de interior, um assunto da alma, completamente orientado para a vida eterna? Faz-se dêle um conceito justo quando se pretende que êle só se preocupa com o céu? Deve ocupar-se exclusivamente dos interesses do além e deixar os homens desculpando-se pela ordem de sua morada terrestre e pelas condições de sua existência temporal? Hoje não é raro ouvir-se tais afirmações. Com que intenção? Fácil é percebê-lo. Desejava-se aniquilar a influência cristã na sociedade, eliminar a ação da Igreja na vida pública, encerrá-la no ministério do culto e dos sacramentos, sob o pretexto de que seu único domínio é a esfera invisível das almas e sua única perspectiva o destino eterno. Eis aqui um erro grave cheio de consequências nefastas pois desvia o sentido real do cristianismo, menospreza a missão da Igreja, trunca a mensagem trazida à humanidade pelo Cristo”.

Não é de surpreender que fora da Igreja haja quem pense dêste modo, mas o estranho, o lamentável, é que dentro dela não faltem os que, às vezes de modo explícito, e mais frequentemente pelas suas atitudes práticas, adotam posições equivalentes.

Deve-se isto a diversas causas. Em certos casos trata-se de um desvio do conceito de ascetismo. Crêem que a *subordinação* da matéria ao espírito, do temporal ao eterno, do natural ao sobrenatural, inclui uma espécie de *antipatia*, de exclusão e até de ódio para com os elementos subordinados. Falam dêles com pouco caso, gostariam de aniquilá-los como maus em si; em certos casos chegam a uma espécie de maniqueísmo segundo o qual, enquanto os elementos unidos à vida bemaventurada procedem de Deus, os outros têm algo com o reino do demônio. Esquecem totalmente que a rebeldia da carne que, conforme a conhecida frase de S. Paulo, “arde em concupiscência contra o espírito”, porta-se assim não por causa de uma qualidade essencial e intrínseca, mas porque foi procedida por uma rebeldia do espírito. Uma alma plenamente submetida a Deus é plenamente dona de seu corpo.



A êste falso conceito ascético une-se uma influência histórica. É verdade que, praticamente e na ordem temporal, muitas vêzes os organismos temporais, os Estados que incarnam esta ordem de interesses, lutaram contra a instituição espiritual e sobrenatural, contra a Igreja. É igualmente certo que o dinheiro, a predominância da estética sensual, da literatura preocupada com a carne e a frouxidão de costumes constituíram um forte obstáculo para o desenvolvimento do que, no cristianismo, está voltado diretamente para Deus. Nada disto, porém, é fruto *direto* da natureza mesma das coisas, mas consequência dos abusos cometidos. Só por uma dedução contrária a tóda lógica, os albigenses poderiam chegar a pregar o suicídio religioso pelo fato da vida poder ser ocasião de pecado, ou a condenar o matrimônio porque nele poderia haver abusos.

De qualquer maneira essa atitude de repugnância para com tudo que não tem um caráter exclusivamente espiritual e propriamente religioso, êsse receio constante em face da arte profana ou em face das ciências que tratam da matéria, êsse menosprezo do corpo com se êle não fôsse, ao lado da alma, criatura de Deus, contribuiu bastante para a *laicização* da vida contemporânea. A ordem social é entre muitos outros, um exemplo do que dissemos. Houve católicos, e ainda os há, para os quais a única tarefa verdadeiramente digna de sua fé é a que diz respeito direta e imediatamente à salvação eterna das almas. Uma melhoria nos quadros da vida temporal, o estabelecimento de uma justiça melhor, de um equilíbrio mais perfeito entre as diversas classes que formam a coletividade, não os interessa. Que importa, dizem êles, um número maior de sofrimentos no mundo se os que padecem de modo cristão terão sua recompensa na eterna bemaventurança? Criticou-se, com razão, a horrível desobediência em que, frequentemente, certos católicos incorreram no que diz respeito a uma ação social, que, em mais de uma ocasião, confessemos, estava em contradição com seus interesses econômicos ou de classe.

Para compreender como está errada a atitude a que viemos até agora tratando, basta compará-la com a de Cristo



em Suas relações com o temporal. Êle assumiu a alma e o corpo do homem, amou as alegrias de sua infância, os esforços de sua adolescência, os trabalhos de sua mocidade. Para medir até que ponto Êle amou a natureza, é bastante ler os termos em que fala deŕa em seus discursos e parábolas. Refere-se aos lírios, às árvores, às espigas, as hervas do campo, aos animais do bosque, às aves do céu, aos afazeres domésticos, à montanha, à planície, ao lago, ao rio, ao sol, aos astros. Participa das festas de família, assiste às bodas de Caná e não recusa sentar-se à mesa de quem o convida familiarmente. Afora do pecado, nada repele da vida humana. Não relembramos estas coisas agora para afirmar a humildade de Jesus, mas para afirmar que tudo isto não é indigno de ser amado, uma vez que o Filho de Deus o ama. Êle se preocupava, também, com as relações entre os homens e entre os povos e desejava que nelas houvesse justiça e caridade. Amava a saúde pois chegou a dá-la milagrosamente aos enfermos. Se Êle é o modelo de nossa conduta, de que pretexto poderemos lançar mão para permanecer indiferentes e mesmo hostis para com o que Êle amou?

A tradição eclesiástica, compreendendo muito bem o ensino, tanto verbal como real de Cristo, desenvolveu sua atividade não só no que se refere à vida eterna mas também no que se refere à temporal. “Não temos aqui uma cidade permanente”, disse S. Paulo, mas não nos é proibido tornar mais habitável esta cidade transitória na qual devemos preparar nossa futura morada. Nenhuma tarefa nos está vedada, além da que tendesse a aumentar o mal no mundo. Nem o anacoretismo, nem o cenobitismo constituem a maneira habitual do homem ser. Por isto a Igreja, em seu ritual, possui fórmulas de bênção para os utensílios destinados ao uso quotidiano, desde o poço e o tálamo nupcial até a oficina e o laboratório. Por certo não ignoramos que escritores eclesiásticos, os quais uniram a santidade ao talento, escreveram páginas violentíssimas contra várias coisas que os homens têm em grande estima. Quando, porém, analisam-se cuidadosamente essas linhas inflamadas, observa-se logo que êles condenaram não o



temporal *em si*, ou o material, ou a carne, o corpo vivo, mas o predomínio que se lhes outorga acima dos valores do espírito e o mau uso que se faz daqueles valores que, como êstes, em linguagem cristã, são chamados de *bens* e que não teriam tal, nome se fôsem intrinsecamente maus.

Uma visão cristã da vida compreende também o temporal. Existe realmente uma *teologia dos valores terrestres*. Cristo é o senhor do tempo e da eternidade. Nada do que foi abençoado pelo Onipotente no começo de sua existência é desprezível. Houve uma Redenção não só da alma mas também da ordem transitória. Cristo olhou benevolmente a salvação do homem e também o quadro dentro do qual ela deve realizar-se. É sacrossanto não apenas o corpo eucarístico de Jesus, mas ainda a âmbula que o guarda no tabernáculo. Seria péssimo utilizar êste vaso sagrado para beber nele um vinho profano, mas seria igualmente mau desdenhá-lo por ser feito de matéria. Os teólogos a que nos referimos neste artigo, e muitos que poderíamos, citar, encararam, de modo especial, esta doutrina que, no decurso dos últimos séculos, sem ter sido esquecida completamente, havia sido esquecida demasiadamente. E assim, além de dar tôda plenitude aos ensinamentos cristãos, trazendo à luz a totalidade dêles, esclarecem os pontos de vista cristãos para os homens que os condenam, não porque os conheçam bem mas, ao contrário, porque os ignoram.

Na verdade só conheceremos a significação do mundo quando à teologia do estritamente sobrenatural unirmos a teologia das *realidades terrestres* nas quais, de um certo modo, também se incarna o espiritual.